

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE LETRAS - FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA - PPGLL

LUCAS CASSIMIRO BRAGA

Histórias contadas, histórias vividas:
movimentos discursivos acerca das tragédias das chuvas de Alagoas e Pernambuco
em 2010

Maceió
2013

Lucas Cassimiro Braga

**Histórias contadas, histórias vividas:
movimentos discursivos acerca das tragédias das chuvas de Alagoas e
Pernambuco em 2010**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Discurso, Sujeito, História e Ideologia.

Orientadora: Maria Stela Torres Barros Lameiras

Maceió
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos



B813h Braga, Lucas Cassimiro.
 Histórias contadas, histórias vividas : movimentos discursivos acerca das tragédias das chuvas de Alagoas e Pernambuco em 2010 / Lucas Cassimiro Braga. – 2013.
 108 f. : il.

Orientadora: Maria Stela Torres Barros Lameiras.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística : Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 90-92.
Anexos: f. 93-108.

1. Análise do discurso. 2. Catástrofes – Notícias. 3. Acontecimentos discursivos. 4. Discurso midiático. I. Título.

CDU: 801.73:070

 UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA	 PPGL
---	--	---

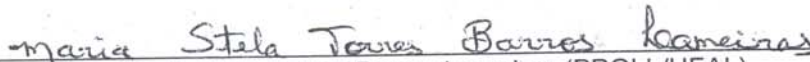
TERMO DE APROVAÇÃO

LUCAS CASSIMIRO BRAGA

Título do trabalho: "*HISTÓRIAS CONTADAS, HISTÓRIAS VIVIDAS: UM ESTUDO SOBRE OS MOVIMENTOS DISCURSIVOS ACERCA DAS TRAGÉDIAS DAS CHUVAS EM ALAGOAS E PERNAMBUCO NO ANO DE 2010*"

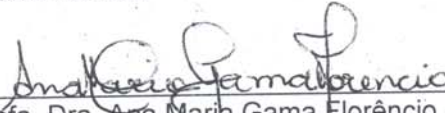
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Profa. Dra. Maria Stela Torres Barros Lameiras (PPGL/UFAL)

Examinadores:



Profa. Dra. Ana Maria Gama Florêncio (PPGE/UFAL)



Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGL/UFAL)

Maceió, 23 de agosto de 2013.

Folha de Aprovação

AUTOR: Lucas Cassimiro Braga

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de Agosto de 2013.

Professora Doutora Maria Stela Barros Torres Barros Lameiras - UFAL

Banca Examinadora:

Professora Dra. Maria do Socorro Aguiar da Silva Cavalcante - PPGLL - Ufal

Professora Dra. Ana Maria Gama Florêncio - PPGE - Ufal

Professor Dr. Helson Sobrinho-PPGLL - Ufal (Suplente)

Dedico este trabalho a minha mãe, que mesmo à distância esteve próxima, como sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Stela, que esteve comigo nos momentos difíceis e me mostrou, gentilmente, as saídas dos labirintos teóricos e do dia-a-dia das vivências de uma nova terra e uma nova casa. Mais que uma referência acadêmica, encontrei nela uma amiga.

Agradeço com muito carinho à Telminha, que me deu a mão quando era impossível seguir o caminho sozinho e me provou repetidas vezes que acreditar ainda vale a pena.

À Maya, Hugo, Crica e Dato, que me ensinaram a dar valor ao que antes parecia trivial, e que estiveram junto a mim desde que as lembranças estão a meu alcance.

Aos irmãos e amigos, Luiza, Renata, João César e Flávia Thaís, por continuarem me trazendo para uma sintonia mais fina, mesmo quando estive em meus momentos de estática.

RESUMO

O presente trabalho consiste na análise dos discursos sobre o evento catastrófico das chuvas nos estados de Alagoas e Pernambuco no ano de 2010 que circularam em diferentes jornais cerca de um ano após o ocorrido, sendo boa parte das materialidades retiradas de reportagens especiais sobre “o aniversário de um ano” do evento. Buscamos, baseados no referencial teórico produzido por Pêcheux e Orlandi, compreender o funcionamento discursivo dos discursos circulantes em torno dos fatos e das circunstâncias que os compõem. Nessa perspectiva, trabalhamos os sentidos visando aos efeitos produzidos, bem como o funcionamento dos discursos das versões sobre os eventos. Traçamos um caminho de análise que vai dos acontecimentos de mundo e dos acontecimentos discursivos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Catástrofes. Acontecimento.

ABSTRACT

The present work consists in the analysis of the discourses about the catastrophic event of rains, in the states of Alagoas and Pernambuco in the year of 2010, that circulated in different newspapers one year after the event, being a good part of materialities withdrawals of special reports on "the one year anniversary" event. We aim, based on the theory produced by Pêcheux and Orlandi, understand the discursive functioning of discourses circulating around the facts and circumstances that characterize them. From this perspective, the way we work in order to produced effects, as well as the operation of discourses about the versions of the events. We have drawn a way to the analysis that goes from the events of the world and of discursive events.

Keywords: DiscourseAnalysis. Catastrophes. Events.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 UMA LEITURA DO PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO	16
1.1 Saussure e o estruturalismo	16
1.2 Contexto social francês	19
1.3 A Análise do Discurso	20
1.4 Percursos históricos da Análise do Discurso: as três épocas	23
1.4.1 Primeira Fase da Análise do Discurso.....	23
1.4.2 Segunda Fase da Análise do Discurso.....	23
1.4.3 Terceira Fase da Análise do Discurso	23
1.5 Análise do Discurso no Brasil	24
1.6 Dispositivos analíticos	25
1.6.1 Ideologia.....	26
1.6.2 Condições de Produção	28
1.6.3 Formações Discursivas.....	31
1.6.4 Memória.....	36
1.6.5 Silenciamento.....	38
1.6.6 Acontecimento.....	40
2 A MÍDIA E AS MATERIALIDADES DISCURSIVAS	42
2.1 Mídia e sociedade	42
2.2 Os sujeitos locutores	46
2.2.1 Influências políticas e origens do discurso.....	48
3 ANÁLISE DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS	53
3.1 Sequências Discursivas	53
3.1.1 Folha de São Paulo.....	54
3.1.2 Postais do Conhecimento.....	54
3.1.3 O Jornal.....	55
3.1.4 Gazeta de Alagoas.....	56
3.2 Fundamentos da Análise	57
3.3 Análises	59
3.3.1 Folha de São Paulo.....	59

3.3.2 Postais do Conhecimento.....	64
3.3.3 O Jornal.....	68
3.3.4 Gazeta de Alagoas	78
4 CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

Durante o mês de junho do ano de 2010, uma forte sequência de chuvas ocasionou um considerável aumento pluviométrico nos rios Mundaú e Paraíba, alagando as regiões ribeirinhas das cidades que são banhadas por tais rios nos estados de Alagoas e Pernambuco. O aumento do nível pluviométrico das bacias desses rios é um evento, de certa maneira, comum. O desmatamento e a invasão urbana dos perímetros de preservação dos leitos dos rios contribuem para o recorrente aumento espontâneo das margens e eventuais prejuízos sociais, como acidentes, transmissão de doenças, desabamento de casas e até perda de vidas.

A população desses municípios aprendeu a viver com as intempéries do rio, em grande parte por não ter possibilidade de subsidiar outra moradia em local mais seguro e também por raízes culturais e econômicas atreladas ao rio. Assim como as estações do ano, as cheias são esperadas de tempos em tempos, com certa regularidade, pelos ribeirinhos.

Os últimos anos têm testemunhado um aumento exponencial na ocorrência de tal tipo de evento, em escala maior de gravidade, tanto para a natureza quanto para os moradores. O ano de 2010 foi o ápice de um processo já avançado de saturação da coabitação entre rios e ocupação ribeirinha. Diferente das enchentes “comuns” que ocorrem sazonalmente, em épocas de chuva, com a cheia dos leitos, as recorrentes chuvas de 2010 culminaram em cheias de proporções nunca antes vistas, “lavando” as encostas dos rios e, com elas, moradias e construções de infraestrutura como pontes.

Esse acontecimento histórico¹, diferente de outros tantos já ocorridos, devastou as encostas e promoveu a comoção da população, a partir da

¹ Especificamos o acontecimento enquanto acontecimento histórico para diferenciá-lo de acontecimentos discursivos, um evento discursivo abordado pela análise do discurso e que será posteriormente tratado aqui.

circulação dos eventos em âmbito regional, nacional e internacional, graças aos atuais modelos de comunicação e circulação de notícias.

Essa circulação de folhetins e notícias não é homogênea. Devido aos diferentes modos de leitura de mundo, diferentes também são os posicionamentos frente ao evento. Assim como na linguagem Pêcheux (1997) afirma que as palavras são convocadas a significar, da mesma maneira que as condições de produção do evento o convidam a significar de acordo com o lugar ocupado pelos sujeitos que nelas, e a partir delas, interagem.

Muitas são as maneiras de se abordar eventos de grande impacto na sociedade, que vêm se tornar acontecimentos históricos. Saberes vinculados aos campos social, a saúde, ambiental, cultural, dentre outros, debruçam-se sobre as mais diversas maneiras de interpretar e intervir em tais acontecimentos.

A realidade percebido no entrono das enunciações no que diz respeito aos eventos catastróficos é comum a estórias de futuros distópicos, em que uma classe dominante subjuga e explora completamente as demais por meio de relações de poder e de controle extremos. Dentro desses temas, a língua assume papel singular no poder de manipulação e condicionamento dos sujeitos sociais.

O intento de transformar a palavra no campo de um só signo, imbuído de ideologia única e fechada, “condena” os sujeitos enunciadores a uma prisão elementar, impedindo que eles tenham qualquer possibilidade de outras realidades ou possibilidades que não as impostas por quem maneja o cenário ideológico. O custo de uma língua de significado/significação únicos e universais encontra-se na massificação não só dos significados, mas também dos sujeitos, que passam a ser instrumentos homogêneos do maquinário ideológico e social.

A possibilidade de se ter uma unicidade nos sentidos que estão imbricados na linguagem é, dentro da nossa realidade, impensável, mas alguns ensaios já foram tentados na história da humanidade, como Stalin e as palavras que se referiam ao movimento socialista, quando do período pós-revolucionário.

Em uma via contrária, o florescimento de múltiplos sentidos e significados relacionados à língua cria um ambiente propício para as diversas possibilidades discursivas, contrárias e contradizentes ao discurso dominante.

Este trabalho busca explicitar esses processos discursivos, percebendo e apresentando o movimento dos sentidos frente aos eventos catastróficos das chuvas no ano de 2010 nos Estados de Alagoas e Pernambuco.

Dentre os diversos meios de comunicação e evidência dos acontecimentos de mundo, escolhemos o jornal impresso enquanto materialidade para a pesquisa dos processos simbólicos, históricos e sociais presentes nos eventos catastróficos acima referidos.

Tomamos como princípio narrativo das notícias e dispositivo principal para a necessidade do estudo aqui presente as práticas discursivas evidenciadas por Lameiras (2006) que, ao pensar nas diversas possibilidades de se transmitir e receber informações, evidencia isso como uma espécie de poder permeado pela maleabilidade da mudança, do “contar algo a alguém”, e como importante lugar ocupado pela mídia:

Presenciar um fato e narrá-lo a outrem, provoca, inevitavelmente, efeitos de sentido múltiplos e distintos. A metamorfose de uma narrativa ocorre na interlocução; e a mídia é, sem sombra de dúvidas, um significativo meio de interlocução entre as pessoas no mundo inteiro, sobretudo em tempos de distâncias encurtadas, face à evolução das tecnologias de informação. (LAMEIRAS, 2006, p. 43).

A mídia exerce importante papel que não se justifica apenas pelo fato de noticiar eventos, mas de dar voz aos atores sociais, narrando suas histórias a partir dos fatos. Contudo, a posição que ocupam os sujeitos enunciativos e o lugar do “dizer” desses atores sociais devem ser problematizados e melhor discutidos dentro dos espaços acadêmicos.

Este trabalho foi motivado pela necessidade de problematização das políticas sociais, assim como a organização discursiva a partir de um evento catastrófico enquanto acontecimento de mundo. Muito foi propagado pela mídia impressa sobre a tragédia das chuvas nos estados de Alagoas e Pernambuco no ano de 2010. Diversas vozes tiveram lugar no evento e montaram o cenário do acontecimento para a sociedade local e nacional.

Partindo dos conhecimentos da Análise do Discurso, problematizamos acerca dos lugares discursivos ocupados pelos mais variados sujeitos para compreender os

efeitos de sentido e o efeito desses movimentos discursivos na constituição do sentido dos acontecimentos de mundo.

Sendo assim, partimos do problema principal que foi compreender os movimentos discursivos sobre a catástrofe das chuvas nos estados de Alagoas e Pernambuco no ano de 2010, assim como os efeitos que eles criaram/permitiram na concepção social de identidade.

Buscamos, durante o trabalho, constatar a hipótese de que as classes dominantes, por meio dos funcionamentos ideológicos presentes na linguagem, utilizam os mecanismos discursivos (mídia) enquanto meio de silenciar e ressignificar de maneira parcial os acontecimentos de mundo que venham a fragilizar seu lugar aparentemente estável na cadeia social.

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar e de correlacionar o discurso publicado em jornais sobre o evento catastrófico das chuvas no ano de 2010 e a situação em que se encontram os moradores afetados pela catástrofe das enchentes em diversas cidades do Estado de Alagoas.

Utilizamos, todavia, uma metodologia qualitativa, avaliando, a partir dos recortes selecionados, o modo de funcionamento dos dispositivos discursivos para estabelecimento e manutenção de uma suposta ordem social por nós vivenciada. Pêcheux (1997), fundador da Análise do Discurso, desenvolveu durante seus estudos acerca do cenário político e discursivo francês, na década de 60 e doravante, os estudos e as postulações a serem a base para a percepção do mundo discursivo o qual nos propomos a analisar, o das mazelas sociais. Da mesma maneira foram usados alguns dos principais nomes da Análise do Discurso realizada no Brasil, tendo trabalhos desenvolvidos que assumem a perspectiva de interação com as demandas de compreensão de mundo, problematizadas pelas ações e denúncias dos movimentos sociais, como Orlandi (2001) e Brandão (2011).

Para esta dissertação foram selecionados 18 trechos discursivos de diferentes jornais, com público-alvo, posicionamento político e de alcance diferenciados. Há enunciados que têm como público alvo os leitores de todo o país, como o jornal *Folha de São Paulo*, até enunciados que têm como público-alvo a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Alagoas, caso do informativo *Postais do Conhecimento*.

No primeiro capítulo, apresentamos o percurso da análise do discurso, partindo de seus primórdios e culminando na sua atualidade brasileira. Apresentamos, também, os dispositivos teóricos utilizados na análise do trabalho. Sendo um trabalho de base, trouxemos, fundamentalmente Pêcheux, fundador da teoria da Análise do Discurso aqui abordada, assim como Orlandi, precursora dos estudos da Análise do Discurso de vertente francesa e pêcheutiana, no Brasil, assim como Leandro e Brandão, duas dos principais pesquisadores em Análise do Discurso no Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos a mídia dentro do Brasil e sua importância na construção do atual local dos movimentos discursivos dentro da mídia impressa.

Apresentamos, no terceiro capítulo, os veículos de comunicação que compuseram o *corpus* analisado. Discutimos também o papel da mídia, mais especificadamente do jornal e da veiculação da notícia para nossa sociedade. Utilizamos diferentes reportagens publicadas por quatro veículos impressos para realizarmos a análise; um jornal de circulação nacional, o *Folha de São Paulo*, mais veiculado no país; dois de circulação regional, *Gazeta de Alagoas* e *O Jornal*, que são os de maior expressão numérica em Alagoas; e um folhetim de ampla circulação nos *campi* universitários alagoanos, o *Postais do Conhecimento*.

Mesmo os estudos sendo realizados sobre os eventos catastróficos nos dois estados federativos, Alagoas e Pernambuco, dentro das materialidades não há a representação de um jornal de Pernambuco. Esta ausência justifica-se pelo foco da pesquisa na realidade social alagoana, particularidade demarcada pelas diferenças culturais e sociais que distinguem o poderio político e econômico entre essas regiões, mesmo sendo vizinhos de fronteiras e parcialmente solidários nos eventos. Pudemos perceber que existe, na realidade, um embate no campo cultural e político que remete a um processo histórico de construção de fronteiras e recentes divergências nos lugares políticos ocupados.

A variedade de fontes selecionadas para os recortes teve como objetivo alcançar a maioria das vozes circulantes em relação ao evento catastrófico no período após o acontecimento em si. Compreendendo a impossibilidade de se alcançar e de se compreender todas as vozes ecoantes num acontecimento histórico e discursivo, buscamos o lugar de distanciamento necessário ao analista

para desvelar e refletir sobre alguns dos movimentos discursivos circundantes ao acontecimento histórico, detectando e ponderando sobre os mecanismos discursivos e ideológicos característicos da opacidade da língua.

Abordamos, no terceiro capítulo, a materialidade discursiva em si, na tentativa de perceber o funcionamento de sentido dos dispositivos ideológicos, compreendendo o movimento de sentido presente no processo de enunciação e que envolve os acontecimentos de mundo focados pela mídia e por ela discursivizados.

Assim, durante o percurso aqui proposto, nos propusemos a analisar os percursos ideológicos da enunciação, desde um acontecimento de mundo até se transformar num acontecimento histórico² e discursivo e as consequências significativas do ato de enunciar.

A elucubração de tal caminho e das consequências discursivas foi fundamental para compreensão da realidade social na qual nos encontramos. Conhecer os processos pelos quais nos tornamos sujeitos sociais permite que tomemos posturas mais assertivas frente às nossas próprias limitações e possibilidades.

Consideramos que trabalhos que assumam e desenvolvam tal temática têm lugar para assumir importantes contribuições no campo acadêmico, em consenso com a perspectiva da promulgação do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, assumido e incentivado pela Universidade Federal de Alagoas. A discussão acerca dos acontecimentos e dos movimentos sociais, partindo da linguagem enquanto dispositivo de entremeios para uma complexidade social contemporânea é uma opção válida e bem fundamentada frente aos movimentos de individualização e subjetivação das discussões acerca das estruturas sociais e de poder, tanto nos espaços acadêmicos, quanto nas discussões de políticas político-sociais.

Esperamos, com este trabalho, contribuir não só para reflexões afeitas à Análise do Discurso, mas também para questões de comoção social, como a catástrofe das chuvas, cujos discursos, há muito arraigados a práticas discursivas que imputam a responsabilidade às vítimas do evento, naturalizam tal situação, revertendo a possibilidade de abalos na estrutura ideológica provocados pelo

² Todo acontecimento é, em sua própria natureza, histórico. Estamos utilizando essa diferenciação neste trabalho para apontar que alguns acontecimentos do cotidiano, mesmo que históricos, não geram locomoções discursivas em maiores escalas que não as íntimas.

acontecimento, em movimentos discursivos favoráveis, ao menos permissivos aos mesmos.

Para tanto, apresentaremos, no próximo capítulo, uma visão mais aprofundada da Análise do Discurso, doravante tratada por AD, e os principais dispositivos analíticos utilizados neste trabalho que possibilitam a compreensão do contexto social analisado, através dos enunciados selecionados.

1 UMA LEITURA DO PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Considerada hoje uma disciplina de grande importância e possibilitadora de arcabouço para diversas intervenções teórico-sociais, por diversas áreas de conhecimento, a Análise do Discurso (AD), enquanto ciência, teve seus primeiros passos trilhados dentro da França, no contexto do movimento estruturalista, alavancado pelas teorias propostas por Saussure e que davam à Linguística um aporte que a permitiu fazer avançar seus pressupostos teóricos e alavancar os estudos das línguas e seu funcionamento dentro das ciências sociais e humanas.

Dentre as diversas perspectivas teóricas que ganhavam força no cenário francês da década de 1960 e que influenciaram diretamente a pesquisa de Pêcheux, os trabalhos de Saussure, na década de 1920, atrelados ao pensamento estruturalista, têm lugar de destaque.

1.1 Saussure e o estruturalismo

Ao propor o corte epistemológico e trazer à linguística corpo e *status* de ciência, Saussure segrega as várias questões e possibilidades da língua enquanto instrumento e metodologia e, indo além disso, realiza seu principal objetivo, qual seja, estabelecer um caráter científico aos estudos da língua. Saussure percebe e concebe a linguagem também como fenômeno histórico, para quem “parece, a primeira vista, muito simples distinguir entre o sistema e sua história, entre o que é e o que foi; na verdade, a reação que essas duas são tão próximas que se faz difícil separá-las”. (SAUSSURE, 1945, p. 36)³. Assim toma forma a linguagem pensada por Saussure, um sistema indissociável da história.

Essa relação se mostra muito clara no *Curso de Linguística Geral*, trabalho no qual Saussure aponta as diversas relações da linguística com outras ciências

³Tradução própria do original, “parece a primeira vista muy sencillo distinguir entre el sistema y su historia, entre lo que es y lo que ha sido; em realidad, la relación que esas dos cosas es tan estrecha que es difícil separarlas”.

humanas, biológicas e sociais. Por se tratar de um “fenômeno” relacionado a todas as ciências e, conseqüentemente, à caracterização do que é o homem social – a língua –, é necessário apontar as diferenças e os limites entre a concepção da ciência da Linguística com outras tantas ciências que partilham e contradizem uma mesma fonte de dados. Para Saussure,

Se estudamos a linguagem por vários lados separadamente, o objeto da linguística nos aparece como um agrupado confuso de objetos heterogêneos e sem bloqueios. Se procede dessa maneira quando se abre a porta a muitas ciências – psicologia, antropologia, gramática normativa, filologia, etc. – que nós separamos distintamente da linguística, mas que, em favor de um método incorreto, poderiam solicitar a linguagem como um de seus objetos. (SAUSSURE, 1945, p. 37)⁴.

Muito mais do que outra maneira de pensar sobre a língua, Saussure inaugura efetivamente uma forma de pensar a linguística enquanto uma particularidade de compreensão do fenômeno da utilização da linguagem enquanto ferramenta, mesmo que ainda perpassada por outras tantas ciências (característica de qualquer ciência, principalmente a humana e a social), seguindo as demandas que a comunidade científica exigia para que determinado campo de estudo se constituísse enquanto campo científico. Assim, ao discutir com o autor norte-americano Whytney, Saussure apresenta aquilo que será o seu corte epistemológico, quando entende que “a língua é uma convenção e a natureza do signo em que está ligada é indiferente. A questão do aparato vocal é, pois, secundária no problema da linguagem”. (SAUSSURE, 1945, p. 39)⁵. Assim não só a questão vocal, mas também a relação da língua com os sujeitos é deixada em segundo plano (não abandonada) por Saussure. O que ele pretende estudar é a língua e seu funcionamento enquanto um sistema. Tal perspectiva de entendimento é fundamental para compreensão desse novo marco teórico e mesmo de autores que fazem críticas ao *Curso de Linguística Geral*, discordando da estrutura proposta

⁴ Tradução própria do trecho: “ si estudiamos el lenguaje por muchos lados a la vez, el objeto de la linguística se nos aparece como um montón confuso de cosas heterogéneas y sin trabazón. Cuando se procede así cuando se abre la puerta a muchas ciencias – psicología, antropología, gramática normativa, filología, etc. –, que nosotros separamos distintamente de la linguística, pero que, a favor de un método incorrecto, podrían reclamar el lenguaje como uno de sus objetos”.

⁵ Tradução própria do trecho: “La lengua es una convención y la naturaleza del signo en que se conviene es indiferente. La cuestión del aparato vocal es, pues, secundaria en el problema del lenguaje”

na obra na medida em que consideram a linguística ciência singular, cujo objeto de estudo é a língua.

Esse recorte não ignora o sujeito em si, mas deixa em segundo plano todo o campo social da língua (dentro deste a fala e o sujeito, constituído e constituinte na relação com a linguagem) em favor do funcionamento da linguagem em si, enquanto um complexo emaranhado de signos. Essa divisão, inclusive, não faz parte de um plano dissociativo feito pelo autor. Faz parte, todavia, de uma maneira de driblar o ponto nerval de complicação do reconhecimento da linguística enquanto ciência, o que Câmara Jr. (1975) entende como uma incoerência das relações de contraposição, que dizem da estrutura da língua, e é postura que norteia seu trabalho, com a dinâmica da fala social. Câmara Jr. aponta que

[a] solução dada por Saussure a este problema (para validar a visão estrutural da língua) foi incisiva e penetrante. Fez uma nítida impressão entre a linguagem propriamente dita (la langue) e o discurso (la parole). Por este último termo queria dizer o ato da fala, através do qual o falante expressa suas idéias usando o código da língua e o mecanismo psicofísico a seu serviço, para aquele objetivo. Em outras palavras, a língua é o sistema subjacente à atividade do discurso e pode ser abstraído. A variação e as inconsistências são um fenômeno do discurso e, sob eles, há um padrão nítido e bem delineado que à linguística cabe desemaranhar. (CÂMARA JR., 1975, p. 107).

Saussure, assim, separa a linguística em duas grandes áreas que não se contrapõem, mas também não podem cientificamente, naquele momento, conversar no mesmo patamar. O autor segue uma delimitada linha de raciocínio, levando em conta que todos os conceitos trabalhados são tratados em oposição (dicotomias), inclusive a constituição dos signos e a própria linguagem como saber científico.

O desenvolvimento metodológico da língua por parte de Saussure foi fundamental não apenas para a linguística, mas também para outras ciências e metodologias humanas e sociais, com contribuições em maior ou menor escala⁶.

⁶ A proposta epistemológica de Saussure é considerada por muitos estudiosos como uma das pedras fundamentais do Estruturalismo, movimento muito importante na França, atrelado ao Partido Comunista Francês, tendo como principais teóricos enquadrados nesse ambiente de pensamento e fazer ciência (por mais que não se identifiquem enquanto estruturalistas) Althusser, Lacan, Foucault e Politzer.

1.2 Contexto social francês

Dentro do contexto francês, diversas ciências tomaram partido e assumiram a responsabilidade de abarcar a parte intencionalmente não tratada dentro da teoria de Saussure. Apesar de compreender a importância de cada um desses estudos para a construção das ciências sociais e linguísticas contemporâneas, aqui nos limitaremos ao estudo da AD de origem Francesa, fundada por Michel Pêcheux na década de 1960. Pêcheux (1997, p. 87) aponta em seu trabalho *Semântica e Discurso* a importância da evolução dos estudos referentes à Linguística, independente do olhar científico que lhe é lançado, mencionando que “(...) a linguística é solicitada constantemente para fora de seu domínio, acerca de um certo número de pontos sobre os quais, acreditamos, é impossível que ela não tenha ‘sua contribuição a dar’”.

Dessa maneira, as investigações que Saussure faz avançar são fundamentais para a implementação de um estudo dos acontecimentos a partir da linguística. Esse modelo de percepção da ciência, contudo, deve avançar e compreender os fenômenos na ordem do exterior. Postulando tal perspectiva, pêcheutiana em *Análise Automática do Discurso*:

Parece que há aqui uma dificuldade fundamental, presa à natureza do horizonte teórico da linguística, mesmo em suas formas atuais: pode-se enunciá-la dizendo que não é certo que o objeto teórico que permite *pensar* a linguagem seja uno e homogêneo, mas que talvez a conceptualização dos fenômenos que pertencem ao “alto da escala” necessite de um deslocamento da perspectiva teórica, uma “mudança de terreno” que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual. (PECHEUX, 1997, p. 72-73).

Estudos da linguística que dão conta apenas dos funcionamentos e problemáticas internos da linguagem, nesse entendimento, não dariam conta de analisar e de abarcar de maneira ampliada seu próprio objeto de estudo, assim como toda sua dimensão de interação com a história, com o social e com os sujeitos, já que eles extrapolam a interação direta com a língua, com os mecanismos

“puros” da linguagem e vão para o campo da significação que é exterior à mesma linguagem, mas só pode funcionar por meio dela.

Pêcheux era contrário à maneira como as Ciências Sociais, principalmente a Psicologia Social, se debruçavam sobre os movimentos sociais e sobre suas próprias postulações sobre o “fazer ciência”. Henry, corroborando esse entendimento, aponta que “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais e, em particular, da Psicologia Social”. (HENRY, 1997, p. 14).

Para Pêcheux (1998), a Psicologia Social (esta enquanto modelo de pesquisa em Ciências Sociais assumido na década de 1960, na França) mantinha os estudos sobre linguagem (e sobre o cenário social como um todo) em uma redoma analítica artificial, em ambiente controlado, o que não condizia com seu funcionamento em seu ambiente natural. Ele expressa, assim, que

(...) o projeto da Análise de Discurso marcava uma ruptura com esta problemática psicossocial, para a qual o triplo registro da História, da Língua e inconsciente permanece literalmente forcluído. As teorias e os métodos desenvolvidos em Análise de Discurso não cessaram de se defrontar com essa situação de tripla forclusão, com a esperança (que se poderá julgar ingenuamente pretensiosa) de contribuir para desfazer seu nó. (PECHEUX, 1998, p. 50).

A Análise do Discurso, portanto, desde o seu nascedouro, tem como objetivo se posicionar de maneira crítica frente às relações científicas e sociais, colocando-se no mesmo patamar das ciências que buscam uma representação de sujeito que rompa com a apresentada pelo “psicologismo” seiscentista na França.

1.3 A Análise do Discurso

A Análise do Discurso fundada por Pêcheux busca, prioritariamente, uma nova perspectiva metodológica dentro do pensamento de se fazer ciência pelas abordagens sociais. Segundo Henry (1997), Pêcheux tem como objetivo criar um instrumento para ser utilizado por essas ciências que permita a produção de ciência

com rigor e método, perdidos pelo psicologismo e pelos limites dos estudos da linguística tradicional.

Ainda segundo os dizeres de Henry, no começo de suas postulações dentro da Análise Automática do Discurso, “Pêcheux visava a uma transformação da prática nas ciências sociais, uma transformação que poderia fazer desta prática uma prática verdadeiramente científica”. (HENRY, 1997, p. 18).

Outro ponto fundamental da teoria de Pêcheux é o de refutar o estudo das sociedades e da linguagem dentro de um “ambiente controlável”, já que o interesse pela aplicação de suas ferramentas analíticas só faz sentido dentro do campo contraditório em que se insere a língua e os sujeitos. Pêcheux aponta, assim que, em detrimento do objetivo das demais ciências empíricas, que tratam o objeto isoladamente,

[o] campo da Análise do Discurso, ao contrário, é determinado pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, dependendo dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e, portanto, também dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado. (PEUCHEUX, 1998, p. 54).

Nesse intento, o autor buscou bases nos campos ideológicos e também social para sustentar o funcionamento do discurso, tendo como aparato outras postulações fomentadas por Foucault, Lacan e Althusser. Como aponta Henry (1997), os dois primeiros, além de estarem diretamente ligados ao movimento antirreducionista propiciado pelo estruturalismo – mesmo que não se enquadrem neste – viam uma ligação direta entre sujeito, sociedade e linguagem, sendo esta última fator primordial de constituição dos sujeitos, não tratando diretamente de um campo ideológico norteador. Já o último, Althusser, elaborava uma visão ideológica em que o sujeito se constituía por meio dessa relação com o social deixando, contudo, a fala de lado.

Era necessário, então, correlacionar esses diferentes entendimentos em um objeto comum, que Pêcheux, como aponta Henry (1997), nomeará de *discurso*. De acordo com Henry,

para fazer isto (correlacionar os meios de ver o sujeito acima apontados), ele só tinha à sua disposição a indicação formulada por Althusser sobre o paralelo entre a evidência da transparência da

linguagem e o “efeito ideológico elementar”, a evidência segundo a qual somos sujeitos. Althusser estabeleceu o paralelo sem definir uma ligação. E foi para expressar esta ligação que Pêcheux introduziu aquilo que ele chama de *discurso*, tentando desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de análise do discurso. (HENRY, 1997, p. 34).

O próprio Pêcheux, por meio de Maradin, apresenta o objetivo da AD frente à língua enquanto objeto de análise:

A Análise do Discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). “Não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê”. (MARADIN, *apud* PECHEUX, 1998, p. 52).

Assim, perceber os movimentos de sentido do texto e compreender as margens de funcionamento daquilo que está implícito e o que também está explícito, mesmo não deixando claro todos os movimentos de sentido que carrega⁷.

O processo de análise passa por essa dimensão teórica de labutar as várias possibilidades que estão em constante interação com a linguagem e os movimentos sociais.

1.4 Percursos históricos da Análise do Discurso: as três épocas

Dentro do percurso histórico da fundação e das mudanças dos dispositivos analíticos, sem nunca perder o objeto de vista, mas atento às mudanças do discurso

⁷ As palavras em si não conseguem exaurir os efeitos de sentidos possibilitados por elas mesmas, já que tal funcionamento é exterior a elas.

e da sociedade, Pêcheux (1997) categorizou a Análise do Discurso em três distintas fases: AD-1, AD-2 e AD-3.

1.4.1 Primeira Fase da Análise do Discurso

Pêcheux (1997) percebe a AD, em sua primeira fase, enquanto estudo cuja materialidade utilizada advém de um suposto “*corpus* fechado”. As sequências discursivas abarcadas dentro desse *corpus* são parte de uma condição de produção predominante e estável. A análise do *corpus* delimita-se na identificação do lugar em que o sujeito enuncia e os discursos que ele endereça e parafraseia. Pêcheux conclui que

AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo. (PÊCHEUX, 1997, p. 313).

1.4.2 Segunda Fase da Análise do Discurso

O entendimento de discurso fechado, nessa fase, é implodido pela introdução da noção de *Formação Discursiva*, que traz à estrutura do discurso um aspecto poroso, com suas fronteiras delimitadas, porém mutáveis. Constantemente em troca com o exterior, outras formações discursivas, o discurso está em constante diálogo com outros discursos que se assemelham e se refutam.

Essa troca discursiva é possibilitada por outro conceito fundamental para a segunda fase da Análise do Discurso: o *Interdiscurso*. O interdiscurso é esse exterior. Por meio dele, as Formações Discursivas se aproximam e se afastam. são, portanto, a exterioridade da Formação Discursiva.

1.4.3 Terceira Fase da Análise do Discurso

A terceira fase diz respeito a uma resignificação do Discurso em si. A queda do modelo prévio de concepção do discurso propicia o questionamento sobre o lugar do discurso, sendo este parte integrante e constituinte de estruturas e acontecimentos.

Pêcheux (1997, p. 316-17) aponta que a Análise do Discurso entrou num processo de desconstrução e reconstrução acerca das noções de Discurso e sobre as formas de tratar as materialidades discursivas, quando foram abordados as Formações Discursivas, os Interdiscursos e os Intradiscursos, desconstruindo a linearidade sócio histórica dos discursos e aplicando conceitos sobre as memórias discursivas e as retomadas histórico-ideológicas dos discursos.

1.5 Análise do Discurso no Brasil

Os estudos e as perspectivas teóricas propostos por Pêcheux no decorrer dos anos e das três etapas encontraram no Brasil um terreno fértil, o qual se enraizou de maneira ímpar no cenário mundial dos estudos acerca do discurso.

Num campo acadêmico no qual existem, nos tempos atuais, diversas possibilidades teóricas de interpretação dos discursos, podemos perceber a grande influência da AD de origem francesa e pêcheutiana (mesmo que em fases teóricas diferenciadas) nos principais teóricos do país.

Frente aos dispositivos analíticos propostos por Pêcheux, Ferreira aponta que

[s]e quisermos ver tais noções (as propostas por Pêcheux) em funcionamento e produtivamente empregadas na análise de distintas materialidades discursivas, há que se ficar no Brasil, que continua sendo considerado (aqui e lá fora) como o lugar mais representativo dessa linha pêcheutiana. (FERREIRA, 2008, p. 243).

O campo da AD no Brasil, como aponta Ferreira (2008), é plural, por isso não podemos esperar um mesmo modo de lidar com as materialidades por todos os analistas, mesmo estes abrigando-se, até certo ponto, no mesmo referencial histórico. Assim, norteados pela Análise do Discurso de perspectiva pêcheutiana, os principais autores brasileiros encontram-se em diferenciados locais teóricos.

Neste trabalho, utilizaremos alguns dos principais teóricos da AD brasileira na contemporaneidade, podendo citar, dentre os principais, Orlandi enquanto defensora da Análise do Discurso voltada às suas raízes e ao seu precursor, Pêcheux. Também lidando com as perspectivas trabalhadas pelo teórico francês, expandindo as fronteiras para diálogos com Foucault e Lacan, temos Ferreira, Piovezani Filho, Gregolin e Brandão, ambos professores e pesquisadores brasileiros ligados ao movimento discursivo francês atual, atribuindo novas perspectivas acerca do funcionamento e do lugar teórico dos principais dispositivos analíticos da herança pêcheutiana, atrelados aos mais diversos cenários discursivos, dentre eles e principalmente aos movimentos sociais e políticos.

Orlandi (2002) apresenta o Brasil enquanto um dos principais estandartes da “essência” da AD pêcheutiana, centrando-se na discussão sobre sujeito/língua/ideologia. Para além disso, vê a abordagem teórica brasileira enquanto um grande campo teórico que muito colabora para o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil. Ela afirma:

aqui (contexto brasileiro), a análise de discurso institucionaliza-se amplamente (...) e, com sua produção e alcance teórico, configura-se como uma disciplina de solo fértil, com muitas consequências tanto para a teoria quanto para a prática do saber linguístico. (ORLANDI, 2002, p.15).

Muito mais do que uma contribuição dentro das questões discursivas, a análise do discurso brasileira tem possibilitado um espaço de discussões e construções de conhecimento, podendo culminar em grandes contribuições para os estudos na área da Linguística e das Ciências Sociais, assim como a ampliação das discussões acerca das práticas e dos procedimentos metodológicos como um todo.

1.6 Dispositivos analíticos

O meio de se perceber e de traduzir o funcionamento dos efeitos de sentido na linguagem são de fundamental importância para a organização teórica da AD enquanto ciência da linguagem, da história e dos processos identitários do sujeito. A

organização da percepção de tais movimentos em dispositivos analíticos é de grande valia, já que permite ao analista mais rigor no tratamento das materialidades, sem que se perca o cerne teórico. Assim, trataremos dos principais pressupostos teóricos que serão utilizados neste trabalho no tratamento analítico das materialidades que constituem o *corpus* desta dissertação.

1.6.1 Ideologia

O fato de um sujeito enunciador “poder falar” a partir de certos lugares de poder-saber e/ou “não poder” falar de outros é, em si, determinado por um aspecto ideológico. A ideologia é o grande maquinário que dita o “ritmo” de funcionamento não só do discurso, mas de todo mecanismo social; portanto, manifesta-se, ainda que por alguns dispositivos que não possam ser percebidos claramente nas vivências cotidianas, através das sutilezas e particularidades discursivas que são desveladas no sentido aqui abordado, pelos estudos do Discurso – na linha aqui escolhida, de caráter pêcheutiano. Para tal demonstração, é fundamental trazer à discussão materialidades a serem analisadas e que, portanto, dão o tom aos frutos das análises.

Cabe ressaltar que os primeiros movimentos de Pêcheux em relação a uma ciência social estavam baseados numa proposta próxima à do “materialismo histórico” do discurso, o qual, a partir das querelas entre as ideologias dominantes, de resistência e os aparelhos ideológicos que propagam tais posições, deveriam posicionar-se criticamente, tentando irromper a superficialidade discursiva. O autor faz uso de seu referencial analítico tendo esse entendimento de organização social como aparato teórico.

Assim, a proposta de Pêcheux se diferenciou das outras ciências linguísticas que propunham abarcar a temática da linguagem e seus efeitos:

Os lingüistas e todos aqueles que recorrem à lingüística com diferentes fins tropeçam freqüentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos. (PÉCHEUX, 1997, p. 153).

Dessa maneira, a ideologia trabalhada no nascedouro da teoria pêcheutiana tem enfoque fundamental nessa maneira singular de ler os discursos e o mundo social; é, conseqüentemente, a maneira de se ler o sujeito.

O entendimento desse sujeito deve ser buscado não na teoria materialista histórica em si, mas na Psicanálise, perspectiva teórica de sujeito que toma grande fôlego no movimento estruturalista francês, na pessoa de Lacan. Para Pêcheux, levando em consideração as formulações de Freud e do próprio Lacan, a ideologia seria cimentada na constituição do sujeito, a partir dos processos inconscientes de assimilação dos determinantes sociais. Esse enraizamento inconsciente seria fundamental para a manutenção dos sujeitos em seus lugares ideologicamente propostos e, ainda assim, mantê-los enquanto sujeitos desejantes pelo fetiche da mercadoria, o que sustentaria essa estrutura. Sobre esse aspecto, Pêcheux argumenta:

Concentrar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências "subjetivas"*, devendo entender-se este último adjetivo não como "*que afetam o sujeito*", mas "*nas quais se constitui o sujeito*". (PÊCHEUX, 1997, p. 152-153).

Refletindo acerca do lugar da ideologia dentro dos estudos do discurso, Bastos entende que,

[n]a Análise do Discurso, a ideologia manifesta-se a partir do lugar social do sujeito, com o qual ele se identifica e a partir do qual ele se expressa. Nesse sentido, podemos afirmar que a possibilidade de atribuir sentido através do discurso não corresponde a nenhum arcabouço gramatical, lexical e sintático. (BASTOS, 2007, p. 85).

Dar sentido através do discurso é um fato que pode ser percebido dentro dos modos de ordenação social e é neles que o sujeito e esses mesmos sentidos derivam, deslizam, transformam (-se) e enrijecem.

Entretanto, por mais que o sistema linguístico seja indispensável para a construção de identidades e para a circulação de discursos e ideologias, essas

questões estão sempre fora do sistema influenciando-o, ao mesmo tempo em que por ele se fazem influenciar, adaptando-se e buscando adaptá-los a si.

1.6.2 Condições de Produção

Apoiado no próprio nascedouro da Análise do Discurso de origem francesa, as *condições de produção* se apresentam enquanto um dispositivo elementar na delimitação do discurso enquanto um evento social. É, portanto, considerado um dos fundamentais conceitos da AD, sendo, inclusive, por diversas vezes, palco das mais recorrentes contradições entre analistas discursivos da atualidade, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Toda enunciação e todo sujeito discursivos têm em si e ao seu redor condições que permitam ou possibilitem tal processo.

De maneira geral, Pêcheux (1997) entende que a linguagem não diz respeito apenas a uma construção linguística. Como já foi apontado no trabalho, a linguagem, para Pêcheux e tantos outros teóricos que a abordam pelo viés materialista-histórico, é um produto social, que tem seu funcionamento ideológico atrelado a determinados preceitos e cenários que lhe possibilitem exercer a função à qual é convocada a exercer.

Esses preceitos que compõem o funcionamento dos dizeres, que propicia a emergência de determinados significados atrelados aos dizeres e a imersão de tantos outros significados, dentro de um contexto sócio histórico é o que podemos classificar enquanto condição de produção do discurso.

Para Orlandi,

podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 1999, p. 30).

As condições de produção são o embasamento que possibilita o acontecimento do discurso tanto no âmbito da enunciação quanto no pano de fundo sócio histórico que oferta tais condições. Para que seja possível a emergência do movimento ideológico em uma sociedade, há que se embasar em “algo antes” e

criar possibilidades reais de “algo depois”. Assim sendo, não se preocupa apenas com o contexto social e ideológico do momento da enunciação, mas também com tudo o que foi concebido dentro desse contexto anteriormente, o que é atrelado ao conceito de *memória discursiva*, a ser apresentado na sequência.

É a partir do entendimento das condições de produção que podemos pensar na realidade enquanto uma determinação social, uma série de acontecimentos que foram direcionados, tanto pela meticulosidade quanto pelas ordenações de poder dentro de um contexto específico.

Brandão (2004) aponta que no nascedouro do entendimento sobre as condições de produção elas poderiam ser vistas a partir de diversos olhares, sendo Pêcheux responsável pela delimitação desse entendimento a ser usado na Ciência do Discurso. Para a autora, Pêcheux e, mais à frente, Courtine, passam a elaborar uma redefinição da noção de *condições de produção* alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva.

As Condições de Produção são, em suma, processo e produto de organizações sociais, quando levada em consideração a perspectiva materialista-histórica, indiferente do modelo organizacional abordado, atualmente o capitalismo neoliberalista. Dessa maneira, esse alicerce ideológico é fundamental nas discussões acerca dos contextos que envolvem os acontecimentos de mundo e os discursos que o perpassam.

Tudo o que é e foi dito (e o que foi silenciado ou não dito) tem enquanto sustentação a maneira como a sociedade se organiza a partir do lugar ocupado por cada enunciador. Assim, quando a mídia televisiva transmite certa reportagem carregada de determinado referencial ideológico, está alocando-se num lugar de saber e de poder no qual constrói e reforça uma maneira de entender a sociedade a partir de certo referencial.

As *condições de produção* tendem a amarrar o discurso a certas possibilidades e a afastá-lo de outras, validando os sustentos pelos quais os discursos são enunciados; é esse enredo que possibilita as *formações discursivas* tratadas doravante.

Nesse intento, podemos perceber a existência de campos que apresentam certa regularidade discursiva, respondendo a um determinado grupo de condições

mediatas e imediatas de produção discursiva, conduzindo o sujeito da enunciação a responder dentro de certo ponto de vista ideológico. Esse efeito é possível já que “o sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 1999, p. 32).

Assim, esse sujeito discursivo faz parte de uma engrenagem que é anterior a ele e ao discurso por ele enunciado, que cria as condições que os efeitos de sentido ocorram, em relação e atravessados por todos outros discursos já enunciados e retomados.

Dessa forma, quando levado em consideração o modelo de sociedades percebido e contextualizado por Marx e ressignificado, em partes, por Pêcheux, dentro da dinâmica social da época (em que as classes se organizam por dominantes dos meios de produção e aquelas possuidoras apenas da força de trabalho), pode-se entender que a luta de classes sociais tem como cena a linguagem e a enunciação. A maneira como o indivíduo pode ou não pensar, de acordo com o lugar social ocupado, é o que ocasiona a permanente luta de classes na qual a dominância busca enrijecer os parâmetros sociais capitalistas enquanto organização homogênea e tida como natural ao humano.

A Classe dominada busca mudanças nos parâmetros estigmatizados pelo domínio social das classes dominantes, que tentam naturalizá-lo. Mesmo não conseguindo efetivar no campo social os pleitos de mudança e garantia de direitos, fazem 1manter e ampliar a linguagem enquanto campo de contraditoriedades e de heterogeneidades de sentido, nos quais além de denunciar e combater a artificialidade das relações sociais tidas como naturais, promovem uma nova concepção social, ressignificada dos processos capitalistas de exploração.

Por esse intento, ao tratarmos do corpus, devemos nos posicionar coerentemente ao contexto de produção e reprodução de discursos e enunciados na sociedade em que estamos inseridos. Trabalhar a análise das materialidades selecionadas diz de um posicionamento dentro desse tabuleiro discursivo.

Lameiras (2007), ao abordar o tratamento do *corpus* dentro da AD, apresenta o local em que o dispositivo *condições de produção* tem lugar interpretativo:

Essa base (a do *corpus*) só ganha corpo, porém, quando a materialidade linguística é vista através de um processo intermitente que começa nas condições de produção do discurso e que percorre os fios que tecem os sentidos nos caminhos que separam ou unem

autores e leitores. Trata-se do texto em relação ao discurso, às formações discursivas. (LAMEIRAS, 2007, p. 116).

Assim, pelas vias analíticas aqui assumidas, as condições de produção são fundamentais para a compreensão do *corpus* adotado como objeto de investigação nesta dissertação e dos contextos envolvidos aos eventos significados após as enchentes. A maneira como as análises são realizadas não dizem diretamente da posição ocupada pelos analistas, mas pela maneira a qual, a partir dessas posições ocupadas, estes conseguem perceber e desvelar os efeitos discursivos presentes nos entremeios dos enunciados.

1.6.3 Formações Discursivas

As formações discursivas ocupam papel de destaque dentro das discussões sobre o funcionamento dos discursos através das suas materialidades. Referentes à construção e delimitação do *corpus* desde os primeiros pressupostos da AD, as formações discursivas foram e ainda são foco de discussões que envolvem a identidade das diversas análises discursivas no Brasil.

O discurso é um fenômeno social, tendo sua origem anterior à linguagem, mas nela se materializa. Sendo assim, não é um fenômeno individual e isolado, funcionando em sinergia entre sociedade, subjetividade, estruturas e rupturas.

Dentre as principais engrenagens que movimentam o sistema, as Formações Discursivas são espaços primordiais dentro da lógica discursiva, pois possibilitam ao sujeito dizer algo sobre alguma coisa com determinada “autoridade” validada por convenções sociais de saber-poder acerca de tal discurso.

Como sua origem diz também do início da formação da própria Análise do Discurso, é possível perceber quando o enunciador ocupa um espaço, muitas vezes – senão sempre – político de enunciação, que lhe permite, dentro de determinado momento espaço-temporal, dizer não aquilo que entende como discursivo, mas aquilo que essa construção, ao mesmo tempo histórica e pontual, possibilita que seja dito dentro de determinada produção de sentido possível.

A elaboração teórica e prática acerca da definição e funcionamento das Formações Discursivas é ainda ponto de divergência para os principais autores da AD. Discutir acerca desse instrumento e debruçar sobre as possibilidades de funcionamento é fundamental, portanto, para o avanço dos estudos do Discurso enquanto ciência. Orlandi aponta assertivamente que

[a] formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de formação de sentidos, a sua relação com ideologia também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades nos funcionamentos do discurso. (ORLANDI, 1999, p. 43).

Podendo ser visto como um termômetro frente ao modo como o analista trata a materialidade, as formações discursivas eram tidas, em seu princípio, como espaços ideológicos e arregimentados, influenciadores de sujeitos pouco autônomos, ainda sob a grande influência teórica de Althusser, e representantes de lugares fixos dentro do cenário discursivo. Debruçando sobre a maneira como eram interpretados esses lugares, Pêcheux (1990), posteriormente, aponta que

[a] noção de formação discursiva emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora. (PÊCHEUX, 1990, p. 56).

Assim, a noção anteriormente utilizada, e ainda vista em alguns trabalhos, mantém a materialidade em zonas estáveis e proporciona a análise a partir de ambientes controlados dentro das poucas movimentações de sentido.

Atualmente a formação discursiva dentro do cenário brasileiro segue uma revitalização dos pressupostos apontados por Pêcheux durante o decorrer de sua vida acadêmica junto aos acontecimentos, demandas e desmembramentos do entendimento de discurso⁸.

⁸ O discurso que, no nascedouro da Análise do Discurso pècheutiana, era remetido ao cenário político francês tomou para si a posse de outros campos sociais e históricos, fazendo presença em todo o campo em que o homem interage, tanto com os seus quanto com a ambiente.

O discurso em seus primórdios dentro da análise do discurso era tido enquanto um fenômeno imbuído de teor ideológico e significativo, pouco maleável, de difícil modificação e, de certa forma, estático dentro de um cenário discursivo-ideológico. Com o progressivo desenvolvimento dos estudos do discurso frente a não apenas os eventos políticos, mas sociais como um todo, as delimitações sobre o discurso e as formações discursivas, o discurso toma, para Pêcheux, aspecto maleável, mutável e passivo de trocas e reconstruções na interação com tantos outros discursos e posições enunciadoras. Não deixa de ter características próprias e fronteiras, mas apresenta suas “paredes” perenes, suscetíveis a trocas com outras formações de posições ideológicas concomitantes ou contrárias, sempre em fomentação e ressignificação.

Orlandi apresenta esse novo modo de se perceber a formação discursiva dentro de um ambiente instável, mas coerente de movimentações discursivas, argumentando que,

[n]o entanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 1999, p. 44).

Apesar de ter seu funcionamento atrelado a diversos outros dispositivos da AD (como os conceitos de memória discursiva e de silenciamento – que serão trabalhados aqui – condições de produção, etc.) as Formações Discursivas estão impreterivelmente condicionadas às Formações Ideológicas e são as demarcações de lugar que dialogam entre si. Orlandi demonstra essa inter-relação entre os conceitos, apontando que “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1999, p. 42).

Pêcheux e Fuchs, ao pensarem sobre o gênero discursivo, aprofundam a questão da interação entre Formações Discursiva e Ideológica, entendendo aquela a partir desta, dentro do contexto das Condições de Produção. Eles apresentam a Formação Ideológica enquanto representações sociais inerentes às querelas de

classes delimitadas pelo que chamamos de Formação Discursiva, num determinado ambiente, localizado num determinado tempo.

Os autores argumentam:

Sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 167-168).

Para além de um aprofundamento acerca da Formação Discursiva é importante, conjuntamente, apontar o funcionamento ideológico subjacente aos discursos e aos movimentos sociais.

A Formação Ideológica (F.I.), segundo Brandão (2004), está ligada ao modo de produção vigente na sociedade e ao modelo de organização social, o capitalista. É a partir da F.I que os sujeitos são mantidos nos lugares ideológicos demarcados – o que não significa, muito pelo contrário, que ele esteja preso. É por ela que os sujeitos sentem o efeito de serem donos do dizer, mesmo efetivamente não o sendo.

A fomentação das fronteiras de cada Formação Discursiva depende diretamente do contexto ideológico no qual ela se insere. A partir de tais possibilidades, são construídos esses poder-dizer. Entendendo esse dizer enquanto ideológico, é a partir desse contexto que as Formações Discursivas tomam figura.

Elas têm como maneira de materializar-se pela via discursiva dos enunciados, mas extravasam em si mesmas; vão para além de suas fronteiras e entram em diálogo com todas as outras, muito por causa da polissemia, muito por causa do pré-construído, que representa o diálogo com o que já está aí e é exterior ao discurso mesmo.

A concepção, no decorrer da evolução da Análise do Discurso Pêcheutiana, de Formações Discursivas maleáveis, de bordas instáveis possibilita o entendimento de que sujeitos enunciadorees têm a possibilidade de certa movimentação dentro dos mecanismos discursivos, de acordo com as barreiras e limitações ideológicas presentes no modelo de macro-estrutura em que o sujeito enunciadore se encontra.

Sendo assim, as *formações discursivas* apresentam em seu próprio funcionamento as características móveis das fronteiras presentes na AD; não se prendem aos preceitos de fronteira apresentados no começo de sua formulação e,

muito para além, apresentam a mobilidade necessária para a adaptação dos movimentos discursivos frente aos acontecimentos de mundo. Esse conceito de formações discursivas apresenta-se enquanto peça fundamental para compreender essa movimentação do sujeito e suas características principais.

De acordo com Brandão (2004),

[o] conceito de F.D. regula, dessa forma, a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em um sujeito de seu discurso. É a F.D. que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”. (BRANDÃO, 2004, p. 5).

Diferentes *formações ideológicas*, portanto, podem atribuir diferentes sentidos e significados a uma mesma palavra, de acordo com o local e com a *formação discursiva* que o sujeito enunciador, através da ilusão de domínio e conhecimento, assume para si enquanto única possibilidade de posicionamento.

Esse movimento é possível porque ao mesmo tempo em que as formações estruturam lugares de poder e mantêm os sujeitos enunciativos em determinados lugares, não podem manter-se sem o diálogo com outros discursos que validam e invalidam seu lugar ideológico, ressaltando-os ou refutando-os de acordo com o emparelhamento ideológico. Isso se dá justamente pelo caráter da formação discursiva, que estabelece o que pode e o que deve ser dito, tendo, contudo, caráter plural e instável, sendo susceptível a transformações e transições.

O Interdiscurso, portanto, circula por todas as possibilidades de Formações Discursivas, ligando-as e afastando-as e reaproximando-as de maneira sistemática frente ao ditame social. É um recurso que possibilita a junção de determinados lugares de dizer e inviabiliza tantos outros. O Interdiscurso é que possibilita às *formações discursivas* essa mobilização.

Os discursos circulam dentro dessas redes de proximidade e afastamento ideológico-discursivos, agregando-as e agregando-se. O mesmo enunciado pode servir para diferentes aspectos, de acordo com a ligação de sentidos que a ele é proposta, os sentidos, portanto, se configuram e se inscrevem. Essa ligação depende diretamente daquilo que já foi dito e que é convocado a significar novamente e a embasar, contrariar, o que está sendo enunciado. A confluência

entre os discursos presentes e passados é fundamental para o funcionamento das práticas discursivas.

1.6.4 Memória

O conceito de memória vem sendo cada vez mais evidenciado e explorado nos estudos atuais da Análise do Discurso no Brasil, devido à complexidade das transversalidades discursivas percebida nos enunciados e nos acontecimentos discursivos circulantes no nosso contexto sócio-histórico. Lidar com o papel da memória dentro da AD significa assumir uma posição de diálogo e instabilidade com outras ciências e estudos relativos à história e à sociedade.

A memória dentro da perspectiva da AD foi, em um primeiro momento, abordada por Pêcheux (1999), como uma memória social. Neste trabalho a memória se faz fundamental por serem inscritos nela os acontecimentos históricos⁹, sendo a partir de então, por meio do interdiscurso, retomados em discursos futuros. Essa importância se dá na recorrência do discurso, na retomada e ressignificação dos sentidos em contextos semelhantes o suficiente para uma retomada discursiva. Pêcheux (2010, p. 52) aponta, dessa maneira, portanto, que

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

O aumento de estudos acerca dos acontecimentos históricos e discursivos, portanto, impulsionam a presença do entendimento de memória e seu papel na cena enunciativa.

Neste trabalho, seguimos o caminho trilhado por Pêcheux para entendimento do conceito de memória, tendo como ponto norteador os estudos de Achard (2010), que também será abordado. Achard (2010) nos apresenta a dificuldade de se tratar

⁹ Nesse ponto, Pêcheux, no texto “O papel da memória”, aponta a diferença entre um acontecimento (em seu sentido mais geral) e um acontecimento histórico ao apontar que nem todo acontecimento é inscrito na discursividade. Ao ser inscrito, ele se destina à memória discursiva, sendo acessado por meio dos interdiscursos, que retomam os discursos já ditos, contudo presentes.

do assunto dentro dos pressupostos da AD temendo, inclusive, que este conceito, o de memória, possa remeter a um psicologismo. Cabe ao discurso o lugar da memória social, coletiva e histórica.

Para evitar a assunção de uma postura psicologista e individual, dentro de uma concepção social de organização de mundo e relações, é necessário impor determinado rigor à compreensão dos dispositivos operativos da memória. Diretamente ligada à condição do implícito no processo discursivo, essa concepção de memória não se encontra em si. O conteúdo da memória, no entendimento da Análise do Discurso, para Achard (2010), não se referencia em si mesmo, sendo constituído enquanto tal na enunciação. Portanto, a memória é constituída na enunciação dos "implícitos".

Indo ao encontro do que trabalha Achard (2010), Pêcheux percebe a memória enquanto um dispositivo carente de regularização e constituinte de uma reformulação da memória inscrita na enunciação e atuante nos mecanismos implícitos da linguagem, interagindo juntamente ao interdiscurso, movimentando sentidos e permeando os atos de enunciar.

Fora do espaço do texto, todavia, os acontecimentos de mundo, que venham a se tornar históricos, e por consequência também discursivos, podem desestabilizar a regularidade e o funcionamento da memória, caso não sejam absorvidos e incorporados pelos mecanismos implícitos. Esses abalos constantes nos movimentos discursivos, que ressignificam, convidam outros discursos a significar e mudam os sujeitos enunciadore/sociais de lugar são motivo para que a memória não seja rígida, estando em constante espaço de reorganização significante. Assim, a memória é constituída de "um jogo de forças", no qual o acontecimento e as suas tratativas dão peso e fôlego a tal querela.

Courtine (2011) aponta que há necessidade de se abarcar as materialidades discursivas a partir de suas mais variadas encruzilhadas e movimentações, devendo-se valorizar a fluidez da língua, em detrimento daquela concepção de Língua estática.

Orlandi (2007, 2010) aponta a memória enquanto dispositivo fundamental para a concepção dos movimentos discursivos dentro da atual conjuntura social. Trabalhando acerca do funcionamento do silenciamento dentro da Análise do Discurso, a autora apresenta a memória enquanto possibilitadora de

encaminhamentos processuais e coordenação dos movimentos discursivos dentro das formações discursivas possíveis.

1.6.5 Silenciamento

O silêncio é um dos mais polêmicos dispositivos de análise dentro da Análise do Discurso. Esse conceito foi abordado por Pêcheux (2010) e Orlandi (2007); esta última o investigou mais detidamente.

Ao contrário do que se pode pensar, ao debruçar-se sobre os efeitos de sentido que são remetidos à palavra "silêncio", Orlandi (2007) aponta que o silêncio tem também o poder de significar, de "dizer" pelo que não é dito. Para tal, contudo, importa compreender o que é o silêncio e o silenciar (e seus efeitos de sentidos) dentro das perspectivas da AD.

Trabalhar o conceito de silêncio é uma tarefa árdua; já que não é possível observá-lo enquanto significação, este deve ser atravessado pela linguagem para ganhar objetividade. O silêncio é fundante para a fala¹⁰ e atribui-lhe significado, que ressoa o silêncio nessa via de múltiplas ressonâncias de significados e significantes.

Pensar em silêncio, dentro dessa perspectiva, diz muito mais do que trazer à tona outra possibilidade de se pensar em seu funcionamento dentro da linguagem, mas fomentar uma posição contra o modelo atual de fazer-se ciência, da obrigatoriedade da observação e dos métodos positivistas, que buscam sempre a objetividade, a transparência da língua e dos sentidos. O próprio silêncio, mesmo aquele condizente com o mecanismo dominante, é um ato constante de resistência à busca da objetividade por parte das ciências e, conseqüentemente, dos mecanismos de controle.

Apontando que o silêncio não representa, de maneira alguma, o vazio no campo da significação, Orlandi (2007, p. 29) trata do que define como a *política do silêncio*, que representa o ato de tirar o direito de dizer a partir de um contexto ideológico. Dessa forma, a autora entende que "em face dessa dimensão política, o

¹⁰ Ao enunciar algo, o sujeito entra em relação direta com o silêncio. O dito correlaciona-se a todos os não-ditos possíveis de serem enunciados naquele mesmo contexto, a partir de outras *formações discursivas*, mas que não podem ser ditos, já que não é possível esgotar o dizer. O silêncio, portanto, ao se pensar em todo esse arcabouço discursivo possível, não diz do calar-se, mas sim das possibilidades enunciativas.

silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a resistência)".

Assim o silenciamento, como já foi dito, é perpassado pelo "poder-dizer" que regulamenta o "dito" e o "não-dito", ou seja, o que pode ou não ser dito, por quem e a partir de um contexto histórico e ideológico. Esse atravessamento propicia o embate entre dominação e resistência, como apontado por Orlandi.

Ao passo que a classe oprimida resiste às tentativas de dominação dos significantes por parte da classe dominante, esta cria meios de mascarar e de pulverizar as posturas de resistência. Tais movimentos são representados pelas formações discursivas.

Nesse intento, o silenciamento vai além do não permitir dizer, galgando o patamar do não permitir significar. Assim como no exemplo utilizado por Orlandi (2007), a ditadura, o silenciamento como um todo interdita o sujeito às possibilidades de diferentes posicionamentos que não os impostos pelo sistema governamental vigente na época. Para a autora, a ditadura, na materialização do silenciamento político,

é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o "lugar" que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. (ORLANDI, 2007, p. 79).

A ditadura, enquanto regime quase totalitarista, permite interdições de sujeitos por vias mais diretas, como a censura dos anos 80. Ainda presente, a censura, nos dias atuais, atua de maneira mais velada, com mecanismos mais complexos de silenciamento e repressão.

Pelo desenvolvimento sócio histórico no qual se encontra a sociedade atual, os aparelhos de repressão, ao invés de adotarem a interdição pela via do corpo, trabalham para a homogeneização dos discursos presentes. O movimento do silenciamento político diz, em grande parte, de movimentar o foco do sujeito para um dito que esconda o não-dito a ser camuflado, esquecido ou ressignificado. Esse movimento não efetiva-se devido à instabilidade dos discursos e, portanto, das formações discursivas. O sujeito tende a deslizar pelas formações discursivas,

impossibilitando a efetividade plena desses silenciamentos impostos, mesmo sendo esses silenciamentos efetivos, certa maneira.

1.6.6 Acontecimento

Durante sua efervescência, a AD, como já foi apontado, debruçou-se sobre uma materialidade discursiva fechada, com regularidades e características facilmente percebidas e catalogáveis. Pêcheux nomeou posteriormente essa característica entendendo que a língua era tratada naquele período histórico enquanto algo fixo, com menos possibilidades de movimentações de sentido. Assim, tantos outros discursos e acontecimentos sociais emergentes no período acabavam não tendo a atenção devida pela Análise do Discurso, por esta não ter os dispositivos necessários para tratar de tal materialidade.

Com o desenvolvimento teórico e a expansão das fronteiras galgadas pela AD, a língua que antes era tida enquanto um fenômeno regular, com limites e fronteiras bem estabelecidos, passa a assumir aspectos fluidos, com fronteiras porosas e possibilidade de circulação por entre sentidos e possibilitando aos sujeitos enunciadorees essas mesmas transições entre os espaços discursivos, não tendo mais as limitações antes encontradas nos *corpus* e na maneira de tratá-la cientificamente.

Esse caminhar teórico possibilitou o amadurecimento da maneira como que se aborda o enunciado e o tratamento dos dispositivos analíticos de um *corpus* que se encontra no acontecimento discursivo e que se instala nas falhas e nas aberturas da estrutura (ou sensação de estrutura) discursiva trabalhada historicamente pelos analistas.

Ainda trabalhada como grande referencial na AD de perspectiva pêcheutiana, a possibilidade de abordar fatos sociais não vem quebrar com os preceitos apresentados por Pêcheux para possibilitar o surgimento de uma nova perspectiva teórica. Muito pelo contrário, tal tipo de abordagem tem a capacidade de insuflar fôlego numa perspectiva teórica atual polivalente na qual se tornou a Análise do Discurso. Atrelar a importância fundamental de Pêcheux às novas demandas de

ciência é um movimento que deve ser procurado e tratado pelos analistas do discurso.

Ferreira, ao discutir sobre a perda da referência pècheutiana e as tendências nas discussões atuais acerca da AD na França, e suas discussões no campo teórico brasileiro, aponta que

não se trata de cultuar nomes, tampouco destruí-los, pelo esquecimento, pela indiferença ou pelo ataque explícito. O esforço e o empenho dos analistas de discurso brasileiros, ligados à análise do discurso francesa (lá da origem), cada um à sua maneira, é o de fazer avançar a teoria, ajustando-a às determinantes sociais, históricas, culturais e políticas, de modo que ela continue produzindo resultados e respondendo às nossas demandas. (FERREIRA, 1998, p. 246).

Assim, ao analisarmos um acontecimento de mundo, seus efeitos e os mecanismos operantes para tal, nos embasamos em uma produção científica contextualizada em nossa realidade.

Compreender o lugar e as funções da análise do discurso é mister na tratativa das sequências discursivas. Para além de compreender esses dispositivos, contudo, o processo de análise demanda conhecimento acerca do material discursivo escolhido para a retirada das sequências a serem posteriormente analisadas.

2 A MÍDIA IMPRESSA NO BRASIL

2.1 Mídia e sociedade

Partindo do entendimento baseado no movimento sócio histórico da concepção de mundo, percebemos uma predileção antiga dos extratos detentores do poder em utilizar mecanismos para perpetuar e propagar direta e indiretamente as posições sociais e ideológicas condizentes com seus interesses. A Idade Moderna, com o desenvolvimento de vários aparatos sociais e produtivos culminantes no capitalismo, proporcionou avanços significativos para a maneira como a humanidade percebia e interagia com seu mundo natural e social, sendo um dos principais deles justamente o hábito de massificar e espalhar a informação.

O ato de massificar a informação representa a necessidade da classe dominante de sempre se reorganizar frente às necessidades mercadológicas do sistema capitalista. Quando este demanda mão-de-obra mais qualificada, dominadora de ferramentas que lhe possibilitem compreender as situações de expropriação de direitos e submissão, possibilita o acesso dessa mesma classe ao conhecimento e às habilidades; aos lugares de domínio do conhecimento.

Contudo, o acesso a determinado conhecimento não configura acesso aos mecanismos de dominação e puramente o acesso ao conhecimento necessário para desempenhar as funções necessárias. Tais ferramentas, contudo, terminam por demandar a remodelação do modelo de dominação ideológica. Assim, aquela sociedade que antes era dominada pelo medo, pela punição física, ao ter mais acesso à informação e à produção de conhecimento, passa a ser dominada ideologicamente pelo fetiche de consumo, pelos efeitos discursivos presentes nas escolas e nas famílias.

A contínua massificação do sistema público de ensino e da religião são exemplos de intervenção física e simbólica na busca da “construção” de um corpo social uniforme. A massificação da informação é o mecanismo que auxilia em grande parte na construção desse entendimento simbólico acerca da necessidade de se adequar às demandas físicas e simbólicas estabelecidas numa relação sócio-política.

A construção desses movimentos econômicos e simbólicos situou a imprensa como um aparato fundamental na constituição de sujeitos e grupos, que passou a ser fundamental para o entendimento moderno de sujeito. Aparentemente a sociedade deixava de lado o obscurantismo que permeou toda a Idade Média e abria um leque de possibilidades e mudanças financeiras, religiosas e laborais.

No Brasil, esse movimento não se deu de maneira diferente. A mídia, dentre elas o jornal, assume espaço de destaque; ocupa lugar ímpar na constituição do país e apresenta-se enquanto importante modo de veiculação de ideologias e de poder.

A vinculação entre poder e mídia no Brasil tem início antes mesmo da compreensão da ideia de nação, estando particularmente envolvida inclusive na maneira de absorção do processo de independência e de todos os outros grandes fatos, corriqueiros também, da história da nação. Segundo Lameiras (2009, p. 47), “no Brasil, a ‘Imprensa Régia’ também teve, no jornal impresso, um veículo de poder, que passou pelas transformações da história sem deixar no entanto de ser, ao longo de todos os tempos, esse verdadeiro instrumento de poder (...)”.

A notícia impressa teve grande destaque na organização e constituição das sociedades. Os Jornais passaram a ter, muitas das vezes, a primazia da informação, chegando ao grande público diariamente. Essa situação muda em meados do século XX, com a invenção do rádio e, um pouco depois, da TV.

A primazia do jornal matinal foi perdendo espaço para a velocidade da informação. Antes, podia-se ter conhecimento de um determinado fato marcante ocorrido durante o dia, mas havia de se esperar até o outro dia para ler o que exatamente havia acontecido, ou seja, o desdobramento dos fatos, pois esta era a dinâmica da informação no tempo dos jornais.

Os textos jornalísticos são artefatos que operam na construção de representações, como permanente construção e recomposição no social, não neutros, mas segundo relações ideológicas e de poder, sobre modos de viver e de pensar de uma coletividade, construindo, reforçando ou até mesmo renovando realidades culturais existentes na sociedade em que circulam. Portanto, relações, identidades e comportamentos passam a ser (re)criados e/ou (re)produzidos pelos discursos veiculados também pelo jornal (RECH; FELTES, 2005).

O texto, especialmente o texto jornalístico, funciona enquanto artefato cultural; quando se fala em cultura significa pensar em construções e desconstruções simbólicas e, especialmente, pensar no homem, nos lugares plurais que ele ocupa e nas redes de dizeres nas quais está mergulhado, que retratam e refratam elementos presentes na cultura local onde circula, influenciando novos modos de pensar e de agir coletivos.

Sendo assim, o sujeito locutor dialoga com a realidade que o cerca pela linguagem na medida em que esta representa o modo de viver e de pensar de uma coletividade, porque o sujeito falante que assume a sua “fala” reproduz realidades culturais existentes na sociedade e, ao mesmo tempo, introduz valores e modos de pensar através do que fala e do modo como fala.

Dessa forma, o jornal impresso carrega consigo a construção inerente da matéria desenvolvida pelos jornais tradicionais e, ainda que o papel assumo o cargo de documentar a situação, existe uma tendência crescente no jornalismo contemporâneo no qual a internet detém, progressivamente, o primado das notícias breves, que pontuam o fluxo factual do espaço urbano; ao jornal impresso estão reservadas as tarefas da qualidade informativa e da reflexão.

Sobre o jornalismo impresso e o poderio da internet, a jornalista Elisa Araújo diz, em um dos seus textos, que “a internet acabou com o amanhã” (ARAÚJO, 2005). A jornalista refere-se ao jornal impresso como ‘o amanhã’, enquanto a internet é o ‘agora’, o ‘neste instante’. Dessa forma, ninguém deixaria de saber um fato agora, pelo computador, para saber apenas na edição do dia seguinte do seu jornal impresso.

Segundo a autora,

era uma morte anunciada. Nós mesmos fomos lentamente fazendo o amanhã definhar. Passamos a ter necessidade de saber o que acontece na hora em que acontece (...) Precisamos saber de tudo agora, precisamos ser localizados por outras pessoas a qualquer hora (...). A internet só deu o golpe final de um movimento que começou há anos. Basta passar no botequim da esquina – o televisor vai estar ligado num canal só de notícias. O atendente terá o olho no copo que enxuga com o pano e outro na tela. A CNN, mãe do formato, não é tão velha, é de 1980. É só pegar um táxi – muitas vezes o motorista vai estar ouvindo uma rádio só de notícias. A informação de hoje é consumida hoje, seja pela TV, pelo rádio, pela internet. Alguém sobrevive atualmente lendo no café da manhã o

jornal com as notícias de ontem e deixando para saber as notícias de hoje mais tarde, à noite, no jornal Nacional? Acabou o amanhã e acabou o jornal diário, pelo menos no formato que a gente conhece (...). Penso no que está acontecendo com os tradicionais diários ingleses. Estão se convertendo em tabloides, para serem lidos pelas pessoas no metrô, no ônibus, no trem. Imagina abrir aquela página enorme do jornal tradicional sem acertar o vizinho com o cotovelo? (ARAÚJO, 2005, p. 15).

Reafirmando o poderio da internet sobre o jornal impresso, Pedro Doria, no seu artigo “Jornais em crise”, diz que a internet, no meio popular, lançou o jornalismo impresso em uma de suas piores crises. O autor diz que o drama não se encontra nos relatórios ou na flutuação de ações na bolsa de valores. O drama dos jornais impressos se encontra em adolescentes e jovens adultos que usam cada vez mais a internet para se informar, deixando o jornal impresso cada vez mais de lado. “É nesta idade que se cria o hábito, e o hábito desta turma é se informar pela internet.” (DORIA, 2012, p. 7).

Os jornais em papel continuam sendo um veículo popular e poderoso no relato e análise de eventos que afetam nossas vidas. O volume e a atualização de informações na Internet não têm paralelo; isso, portanto, não decretou o fim da relevância dos jornais.

Bruno Patiño, diretor da revista *Télérama*, do grupo Le Monde, presidente do *Monde interactif*, o site do *Le Monde*, em entrevista ao site “Observatório da Imprensa”, em junho de 2006, é contundente:

A imprensa escrita deve se reinventar, econômica e jornalisticamente, e, dessa forma, alguns títulos têm muito tempo pela frente. Mas o jornal é cada vez menos a mídia automática de antes. E a característica de ‘vício diário’ de um jornal impresso, isso está ameaçado. (PATIÑO, 2006).

A sociedade contemporânea vivencia o momento em que a informação e o jornalismo da internet, e dos computadores, deu um novo salto no campo da tecnologia da informação, obrigando os atuais agentes da mídia tradicional a mudarem ou a substituírem os atuais agentes, criando instrumentos que levem a

internet para dentro dos jornais, dos rádios, das revistas e das emissoras de televisão, para maior integração das ferramentas da informação e do conhecimento.

2.2 Os sujeitos locutores

Muitas foram as “vozes” que anunciaram e denunciaram – a partir de um local de saber, localizado tanto socialmente quanto politicamente – os eventos e os efeitos decorrentes dos eventos catastróficos das chuvas.

Utilizando como base teórica a Análise do Discurso, percebemos que o movimento discursivo sobre as chuvas não apresenta, desde o seu início, características de um coro uníssono. Essas diversas vozes que circularam durante e após as tragédias são plurais e também, por diversas vezes, contraditórias. Acreditamos que essa pluralidade deve-se aos diferentes posicionamentos assumidos dentro da dinâmica social, em que olhares são assumidos e impetram seu ponto de vista de acordo com o lugar ideológico e social que essas vozes ocupam.

Algumas delas, devido a essas também diversas origens de lugar do discurso, têm maior alcance social em sua enunciação; outras apresentam um alcance menor, o que não modifica o poder do “enunciar” para a movimentação e construção de sentidos, em seus mais diversos âmbitos.

Para elaborar este trabalho, utilizamos de diferentes jornais presentes no cotidiano das principais cidades alagoanas, compondo, portando, diversificados sujeitos enunciadorees, buscando perceber o movimento e o deslizamento de sentidos de maneira crítica, tendo como parâmetro diferentes posições políticas e sociais que englobam, contudo, o mesmo cenário catastrófico.

Pela via midiática impressa, foram utilizados recortes em veículos com diferentes públicos-alvo. Foram retirados dados de um jornal de circulação nacional, o *Folha de São Paulo*; dois de circulação regional, o *Gazeta de Alagoas* e *O Jornal*; um de circulação focada nos *campi* da Universidade Federal de Alagoas e instituições a ela vinculadas: *Postais do Conhecimento* e dois jornais de circulação centrada na capital alagoana: *Extra* e *Tribuna Hoje*, esses últimos, mesmo sem

sequências discursivas retirados de si, foram importantes para a compreensão do evento.

Assim como é fundamental a delimitação do material discursivo a ser analisado, da mesma maneira é fundamental a compreensão acerca das instituições que veiculam tais materialidades, sendo parte essencial e fundante para o desvelamento da opacidade dos discursos.

O *Folha de São Paulo* é um dos jornais mais tradicionais da América Latina. Tem circulação em todo território nacional; é referência enquanto formador de opinião e divulgador de informações. Aponta ter como diretiva a imparcialidade política para o tratamento dos fatos. Tem sua fundação no ano de 1921 e é o jornal de maior vendagem em território nacional desde 1984, segundo dados próprios, com tiragem diária média de 301.299 exemplares. Sua versão *online* publica cerca de 500 notícias diariamente e tem uma média de 173 milhões de visitas por mês.

O jornal *Gazeta de Alagoas* faz parte do conglomerado de comunicação Organização Arnon de Mello; tem também um portal eletrônico e, mesmo não sendo referência nacional, apresenta grande importância dentro do estado e certa expressão dentro da região Nordeste, em grande parte por ser afiliado da Rede Globo de Comunicação. Dispõe de cerca de 7.000 assinantes com tiragem de 12.000 exemplares de segunda a sábado e 15.000 exemplares aos domingos, chegando a grande parte do estado alagoano.

O *Postais do Conhecimento* é uma edição especial, produzida para comemorar os 50 anos da Universidade Federal de Alagoas no ano de 2011. Foi lançado na Bienal do Livro daquele ano, com publicações divididas em sete diferentes editoriais, um para cada mês, com tiragem total de 10.000 exemplares. Seu objetivo é apresentar, em formato de tabloide, os principais temas referentes aos acontecimentos vinculados à Universidade tanto no campo do ensino quanto da pesquisa e da extensão.

O jornal *Tribuna Hoje* tem cerca de 3.000 assinantes, tiragem de 4.000 exemplares de segunda a sábado e 8.000 exemplares aos domingos. Segundo assessoria do jornal, circula em cerca de 80% dos municípios alagoanos. Também dispõe de um portal na internet, alojado no portal de notícias da Rede Record de Comunicação, o R7.com.

O jornal *Extra* foi fundado em 1998. Conta com o jornal impresso e com um site de notícias, o “extraalagoas.com.br”. Circula em todos os grandes municípios de Alagoas e seus arredores. Tem tiragem de 10.000 exemplares e suas publicações são semanais, veiculadas toda sexta-feira. Grande parte de seu fluxo de comercialização ocorre em bancas e semáforos.

O *Jornal*, após 18 anos de publicação e circulação, fechou seu editorial na data de 19 de novembro de 2012, segundo funcionários da própria instituição. Conta com outros veículos midiáticos, como a estação de rádio com o mesmo nome (*O Jornal*) e um site de notícias: “maisal.com.br”. Segundo atendente, ambos mantêm suas atividades. Não foram informados os dados de tiragem e abrangência.

A partir desse contexto, desse arcabouço discursivo foram retiradas as sequências discursivas; também a partir dele podemos, dentro já da realidade encontrada nas materialidades, discutir sobre o discurso e sua interação com o meio que o permeia.

2.2.1 Influências políticas e origens do discurso

Para compreender o papel da mídia escrita frente ao evento das chuvas que assolaram os estados de Alagoas e Pernambuco, é fundamental, num primeiro momento, buscar as origens do fazer notícia no Brasil e o papel das mídias na história do país, vislumbrando o lugar desta na construção e constituição da memória social brasileira.

A mídia, desde o seu surgimento, está vinculada não apenas a veicular as notícias, mas a fazê-lo de acordo com um lugar enunciativo ocupado por aqueles que veiculam notícias e toda sua complexidade. Historicamente a mídia tem sido um importante instrumento de modelagem social e de defesa de determinados fazeres, saberes e costumes próximos àqueles com os quais o sujeito enunciadador ideologicamente “se identifica”.

Não obstante, em todos os estudos voltados à compreensão das grandes mudanças e revoluções da sociedade moderna, principalmente a partir do século XVIII (como as revoluções americana, francesa e a mobilização de todas as guerras e conflitos após esses marcos históricos), a utilização de meios de comunicação como fonte de pesquisa é notória.

Além de apresentar novas possibilidades de divulgação e dispersão de fatos para uma área muito maior e em um espaço de tempo muito menor, fez-se, também, enquanto uma ferramenta mais efetiva na propagação de uma determinada perspectiva ideológica burguesa. Deste ponto em diante, presenciamos uma evolução cada vez mais nítida à busca de um molde mundial de ideologia e modelo econômico, já vigente nos tigres asiáticos, assim como na grande maioria dos países ocidentais.

Conicionados e limitados pela linguagem e, conseqüentemente, pela ideologia, os veículos de propaganda e notícia enquanto enunciadores não são inerentes aos efeitos de discurso aos quais são submetidos os outros sujeitos enunciadores. São diretamente influenciados pelos efeitos daquilo que é denominado na Análise do Discurso como *Esquecimentos I e II*.

A concepção de *esquecimento* em Pêcheux (1999), e na organização da AD de origem francesa, tem papel de destaque e refere-se aos equívocos cometidos pelo enunciador no que diz respeito à identificação (contra identificação) e ao “domínio” do processo de enunciar como um todo.

O primeiro esquecimento é de ordem ideológica e diz da ilusão impressa no enunciador acerca da inauguração do sentido do discurso. Orlandi (1999, p. 35) vê o primeiro esquecimento enquanto um ato “adâmico” do sujeito enunciador, no qual o mesmo acredita ser a fonte original do discurso e do seu sentido.

No entendimento da autora, “por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes”. (ORLANDI, 1999, p. 35). Essa ilusão encontra-se no campo do inconsciente, da esfera ideológica do discurso, e gera essa sensação de marco inaugural do discurso, eterizando a compreensão das limitações do sujeito pela linguagem e pelos modelos sociais vigentes. O sujeito, assim, tem a ilusão de ser o dono do discurso exatamente para “aliviar” o impacto da expressividade de suas limitações dentro do jogo ideológico-discursivo.

O segundo esquecimento é a operacionalização do primeiro, com estreita significação no processo desse sujeito frente ao discurso. Assim como no primeiro esquecimento, de caráter ideológico, temos a impressão de ser a origem do discurso, no segundo, que é da ordem da enunciação, temos a impressão de que a única maneira de efetivar o ato de enunciar é aquela como qual escolhemos fazê-lo.

Opera, dessa maneira, segundo Orlandi, uma *ilusão* que nos faz gerar esse efeito de unicidade na enunciação. Para a autora,

essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. (ORLANDI, 1999, p. 35).

Não por engano, criamos a falsa impressão de que tudo está conectado de tal forma, que não há outra maneira de entendimento que não a entendida. A mídia interfere diretamente nesse processo por ser o mais efetivo interlocutor, alcançando grande número de pessoas, de organizações sociais e assumindo para si o efeito de ser a fonte do dizer. Para além disso, tenta assumir-se enquanto a fonte do saber efetivo, da verdade imparcial e única maneira a ser dita.

Podemos dizer que a mídia não é um agente passivo de produção e transmissão de sentidos e conhecimentos; Charaudeau falando sobre a dinâmica do discurso político afirma que “discurso e ação são dois componentes da troca social que, ao mesmo tempo, têm uma autonomia própria e se encontram em uma relação de interdependência recíproca, mas não simétrica” (CHARAUDEAU, 2005, p. 252). Assim, ao produzir discursos acerca de determinados elementos sociais, a mídia age na circulação de sentidos. Da mesma maneira, a própria mídia é inundada por outros sentidos e outras ações de outros discursos, anteriores e atuais, contrários e favoráveis.

Charaudeau (2005, p. 252), ao refletir sobre o papel da mídia na constituição e no quesito de influência na constituição do sujeito, corroborando o entendimento de sua ação e influência no social, a qual abordamos neste trabalho, ainda aponta que “desse modo, podemos dizer que todo ato de linguagem é um agir sobre o outro. Princípios de alteridade, de influência e de regulação são princípios fundadores do ato de linguagem que o inscreveu em um quadro acional”. Os esquecimentos aqui tomam forma por meio da ação. A mídia age, numa relação de poder bem estabelecida sobre o leitor, tendo como arcabouço um suposto controle e domínio do dizer.

O agir presente na notícia está, assim, para além da própria notícia, imbricando teias e laços ideológicos que dizem da imersão da construção social.

Por meio desses caminhos velados, institucionaliza os dizeres e ratifica os papéis apresentados. Sua consequência não é no dizer puro e simples em si, mas os efeitos provocados nos sujeitos alcançados por estes dizeres, tendo, dessa maneira, sempre uma complexa inter-relação entre o dizer, o dito e o meio o qual estes interagem.

A forma como recebemos as notícias de jornais, dessa maneira, diz também desse “ensinamento político-social” empreendido no decorrer do desenvolvimento social, por parte de um determinado substrato social. Não há, nesse entendimento, o ato de leitura acerca de uma notícia de maneira única e individual, como tentava postular o psicologismo. Ao recebermos determinado tipo de informações com conteúdos sócio-políticos, processamos tais informações e reagimos muito em prol daquilo que nos foi doutrinado pelas instituições de formação, como escola, família e igreja.

Krieg-Planque aponta que “se nossa reflexão leva em conta certos aspectos da identidade social, é centrada nos discursos como práticas sociais, cujas análises nessa condição devem fornecer chaves de compreensão”. (KRIEG-PLANQUE, 1990, p. 43). A mídia, enquanto fundamental parâmetro balizador dos nossos processos reflexivos, dentro da sociedade moderna, marca e influencia a condição na qual nos colocamos no papel de receptores e de operadores dos discursos circulantes.

De toda maneira, seguindo, ainda, o posicionamento postulado por Krieg-Planque (1990) sobre as construções midiáticas atuais, tendo como plano principal a mídia impressa, temos um conceito essencial para o tratamento da questão. Conforme a autora,

o jornal enuncia a notícia. Ele confecciona o texto, a prática discursiva, sendo influenciado e nutrido por outros discursos circulantes e já presentes. Não pode ser visto enquanto fonte do discurso, apesar de ser sabido que ele efetivamente é ator da prática discursiva. (KRIEG-PLANQUE, 1990. p. 45).

Ainda que percebamos a mídia enquanto ator assumindo um papel ímpar na concepção de movimentações discursivas, devemos nos atentar para o fato de que a própria mídia é componente da dinâmica discursiva assumida ainda no advento

das sociedades modernas. Sendo assim, ela não é a origem do que é dito ou dos intentos de efeitos de sentidos provocados por este.

Sofrendo os mesmos efeitos gerados em outros enunciadores, os enunciadores midiáticos acabam por não conseguir dominar aquilo que é dito em sua totalidade, deslizando em sentidos que remetam, pela própria característica fluida do discurso, a outros tantos discursos em que a presença em muitas das vezes é indesejada e imprescindível para a construção da teia discursiva.

Ao assumir um lugar, uma Formação Discursiva específica, o sujeito enunciator, mesmo no papel da mídia, acaba por convocar tantas outras Formações que interagem entre si e que também convocam outros discursos e efeitos de sentidos já pronunciados, mas que por essa *memória discursiva* (apontada no primeiro capítulo) não deixa de circular e de gerar sentidos, mesmo que diferentes quando da enunciação.

A seguir apresentamos as sequências discursivas extraídas das fontes que constituíram o *corpus* da pesquisa para análise no terceiro capítulo.

3 ANÁLISE DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS

3.1 Sequências Discursivas

3.1.1 Folha de São Paulo

O primeiro ponto importante é ter uma visão geral, ainda que básica, acerca da materialidade discursiva abordada. Temos um jornal de circulação nacional, um dos mais importantes veículos de comunicação da América Latina, debruçando o seu olhar sobre as enchentes nos estados de Alagoas e Pernambuco. Diferente de tantas outras reportagens divulgadas em âmbito nacional e regional, o que traz grande riqueza à materialidade, a reportagem não traz apenas números e estatísticas, se propondo a apresentar a história de vida de uma moradora atingida pelas enchentes.

Com o intuito de trazer um “sentimento” de pessoalidade e regionalidade, o texto mescla o linguajar regional à estrutura textual, propiciando um ambiente de aproximação afetiva, do contar uma história, um caso. Apesar de o texto ter uma linguagem leve, acessível, pode-se inferir, pela própria estrutura, que não é a publicação de um depoimento literal.

O jornal apresenta a história de Aldjane e sua família, moradores da cidade de Palmares/PE. Com o enunciado “Cheia da chuva”, o texto jornalístico apresenta a história da moradora em sua quarta enchente num período de 11 anos, apresentando um histórico de abandono e descaso por parte dos órgãos reguladores das áreas de risco e de assistência aos cidadãos que, por ventura, sofreram com enchentes no decorrer dessas eventualidades. Dessa reportagem, retiramos as seguintes sequências discursivas:

SD1 – Nunca tinha visto uma enchente atrás da outra, como agora. Na minha opinião, a culpa é do povo que está agredindo a natureza.

SD2 – Apesar de tudo, eu me considero uma mulher de sorte, porque a família está com saúde. As coisas materiais a gente recupera.

SD3 – O lugar é até bem simplesinho, mas é nosso, sabe?

SD4 – Nossa casa era até bem ajeitadinha, mas ficava ao lado do rio, pertinho mesmo. Naquela noite (primeiro de agosto do ano de 2000), a enxurrada começou devagar, mas depois veio forte e não sobrou nada. Arrastou tudo.

3.1.2 Postais do Conhecimento

No espaço “Opinião” do *Postais do Conhecimento*, o representante da Universidade Federal de Alagoas na Comissão de reconstrução das cidades alagoanas destruídas pelas enchentes, Valmir Pedrosa, apresenta seu olhar acerca dos acontecimentos e o papel do Estado – na representação do governo – em alguns aspectos dos eventos catastróficos ocorridos.

Refletindo acerca dos acontecimentos em Alagoas, faz comparações entre os mecanismos de prevenção a catástrofes da Europa, do Rio de Janeiro e de Alagoas. Retiramos desse artigo de opinião as seguintes sequências discursivas:

SD5 – Há um ano, o Estado de Alagoas foi assolado por sua maior catástrofe ambiental. Em junho de 2010, a cheia nos rios Paraíba e Mundaú causou mortes e imensos danos à nossa, já precária, infraestrutura urbana. Pontes, estradas, casas e mesmo bairros inteiros foram varridos como se fossem brinquedo.

SD6 – No início da quadra chuvosa deste ano (2011), uma cheia de menor monta voltou a causar prejuízo ao povo alagoano, desta vez na zona da mata do litoral norte.

SD7 – De lá pra cá (período de um ano da enchente), é necessário reconhecer que há um esforço do governo em reconstruir o que foi destruído.

Evidentemente, o trabalho enfrenta uma séria de entraves e não acontece com a velocidade desejável.

3.1.3 O Jornal

O *Jornal* é o veículo de circulação impressa de grande expressão em Alagoas. Posiciona-se enquanto oposição, mesmo que de maneira velada, ao governo empossado durante os eventos catastróficos. Crítico ao quadro político no poder em muitas matérias, pôde-se perceber nas publicações vinculadas ao evento catastrófico um lugar ideológico bem firmado em relação à dinâmica governamental.

Frequentemente publicavam extensas reportagens denunciando o que apontava ser descaso do governo frente à população alagoana. A partir de suas publicações, retiramos as seguintes sequências discursivas:

SD8 – Desabrigados continuam sem casas. Um ano após as enchentes que atingiram 19 municípios em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está morando em barracas de lona à espera das casas.

SD9 – Em Murici, até o prefeito continua vivendo na área destruída. Sua casa, extensa e toda branca, parece nova; ninguém diz que um dia sofreu com enchente. Mas é só olhar em volta para descobrir que aquela beira de rio também foi devastada.

SD10 – A chuva também levou a culpa pela lentidão. E a previsão, até o fim do inverno, é que as construções atrasem mesmo – essa é a avaliação do Estado e dos profissionais que trabalham nas obras.

SD11 – enquanto o governador de PE, Eduardo Campos (PSB) inaugurava as primeiras 139 casas para desabrigados, o vice-governador de AL, José Thomaz Nonô (DEM) justificava o atraso da reconstrução dos municípios atingidos e prestava contas do que já foi feito com os recursos enviados pelo Governo Federal (...)

SD12 – As diferenças também podem ser observadas na técnica de construção das casas: enquanto lá é utilizado um pré-moldado que permite que um imóvel fique pronto em 24 horas, aqui a alvenaria tradicional ainda é a forma predominante utilizada.

SD13 – Gaiolas dentro de outra gaiola. Nas duas moradas, de gente e de pássaro, a escuridão prevalece, e o espaço que seria natural de uma vida liberta – a prisão do acampamento é a pobreza – reduzido a poucos metros de chão para andar/andar em círculos, de cabeça baixa.

SD14 - cansadas de esperar por um teto em local seguro e de posse de um auxílio moradia, elas compraram blocos, cimento, contraíram dívida em uma loja de material de construção para conseguir telhas e madeiras, pagaram um vizinho pedreiro e reconstruíram suas casas.

3.1.4 Gazeta de Alagoas

O jornal *Gazeta de Alagoas* é vinculado ao conglomerado midiático Rede Globo de Comunicação. Apresenta, também na data de 19 de junho de 2011, um ano e um dia após os eventos catastróficos das chuvas, uma série de reportagens sobre a situação em que se encontravam os cidadãos vitimados pela tragédia das chuvas. Realiza uma série de críticas sobre a maneira como as obras se desenvolviam. Da mesma maneira, questionava acerca da violência e do descaso com os desabrigados:

SD14 – A cheia foi gigantesca. Foram 27 mortos e 29 desaparecidos. Quem ficou, sofre e é feliz. Sentimento estranho que os sobreviventes dizem sentir. São felizes porque escaparam, tiveram chance de recomeçar. Mesmo na miséria, sem nada, eles estão vivos. Sorriem e choram. Esquecidos em acampamentos, escondidos em casas condenadas, à mercê do favor alheio,

eles ainda respiram, têm fôlego para trabalhar e podem criar seus filhos. Um ano depois, a vida continua... E o rio corre...

SD15 – Dignidade dá lugar à violência e miséria em barracos.

SD16 – A culpa disso (um tiroteio ocorrido no que a reportagem chama de acampamento) é dos administradores, quem devia tomar conta daqui era a Prefeitura e a polícia, mas ninguém aparece, jogaram a gente aqui e nos abandonaram (declaração de moradora).

SD17 – Se não bastassem os desastres naturais que tiraram o pouco que tinham, os desabrigados ainda conviveram com denúncias envolvendo o poder público.

SD18 – Mesmo com as dificuldades, Nonô (vice-governador do estado de Alagoas) fez um paralelo com a reconstrução no vizinho Estado de Pernambuco, também afetado pelas cheias no mesmo período. “Aqui já inauguramos uma escola e estamos com outras duas quase prontas, mas lá eles não inauguraram nenhuma”. Mas ao ser questionado pela *Gazeta* que o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, estava inaugurando as primeiras casas, naquele mesmo momento, enquanto nem se falava de cronograma de entrega em Alagoas, Nonô demonstrou surpresa e indagou os secretários que lhe acompanhavam na entrevista coletiva.

3.2 – Fundamentos da análise

As sequências discursivas foram selecionadas de acordo com os possíveis efeitos de sentido propiciados. O posicionamento do analista, mesmo não sendo imperativo, influencia na seleção das sequências discursivas, ou seja, elas não estão livres da parcialidade da seleção.

Os dados serão tratados no próximo capítulo, que tem como objetivo analisar os dados aqui apresentados sob a luz dos dispositivos apresentados no primeiro capítulo.

O terceiro capítulo tem por objetivo trabalhar com as sequências discursivas de maneira a apresentar seu funcionamento dentro dos movimentos discursivos e colaborar com o campo dos estudos do discurso no que diz respeito ao movimento discursivo dentre os movimentos sociais. Devido ao grande emaranhado de discursos presentes nos acontecimentos, não conseguiremos abordar a multiplicidade dos discursos e dos enunciadores. Selecionamos um determinado recorte dentro dessa complexidade, como apresentado no capítulo anterior. As análises serão realizadas a partir da organização pelos conceitos apresentados no primeiro capítulo.

Essa organização se deve à necessidade surgida durante os estudos da área de compreender o funcionamento dos diferentes aspectos discursivos numa certa dinâmica social e refletir sobre as possibilidades de compreensão nas próprias ciências discursivas; assim também nas ciências sociais, seguindo o entendimento levantado por Pêcheux, no princípio de seus estudos na área, ao propiciar outro olhar – um olhar crítico – que diz respeito às práticas sociais e ao papel da língua/linguagem nas produções de sentido e/ou funcionamento social. Dividiremos a análise das sequências apresentadas, portanto, na mesma sequência e organização as quais foram apresentadas as sequências discursivas, sendo apresentados e analisados os grupos vinculados à Folha de São Paulo, ao Postais do Conhecimento, O Jornal e Gazeta de Alagoas, como apresentado no tópico anterior. Os dispositivos analíticos que circularão tal processo de análise foram devidamente apresentados no primeiro capítulo e agora aprofundados em interação com as sequências discursivas selecionadas para tal.

Organizando a análise por esta perspectiva, tivemos como intento perceber de maneira singular, e ainda assim em interação, os processos discursivos presentes nos eventos catastróficos a partir de determinado lugar discursivo. Essas análises dependem diretamente da rememoração de todo o contexto dos movimentos de discurso presentes no ato da enunciação. Assim, mesmo analisando e visando a compreensão dos processos discursivos de determinado autor, por termos compromisso com a análise dos acontecimentos como um todo,

convocaremos sequências discursivas dos outros sujeitos enunciadorees, para a melhor problematização das temáticas.

Compreendemos a impossibilidade de seccionar determinados conceitos para compreender a dinâmica do discurso, sendo assim, o papel de recorrer aos outros sujeitos integrantes do corpus possibilita um melhor aprofundamento de determinados pontos em que a interação dos discursos se faz fundamental. Esse modo de apresentar os dados é importante para facilitar a compreensão e aplicação das diferentes funcionalidades discursivas. Assim, para além dessas análises setorializadas das sequências discursivas, nos propomos a analisar de maneira mais dinâmica determinadas sequências discursivas do *corpus* aqui apresentado.

3.3 Análises

3.3.1 Folha de São Paulo

A reportagem trazida pelo *Folha de São Paulo* tem como objetivo primordial apresentar a história de vida de uma moradora desabrigada pelas enchentes da chuva. Tenta criar uma relação de relato de vida, de discurso integral, como se o espaço de denúncia, de resistência e de poder do dizer dos cidadãos acidentados fosse garantido por tal veículo. Tal entendimento é visto já no primeiro contato com a matéria, já que o título, em garrafais letras azuis, no centro da publicação e acompanhado da foto da moradora em questão, enuncia: “Cheia de chuva”. O título, ao mesmo tempo em que cria a ideia de que foi garantido à moradora, cansada de tantas mazelas e até agora abandonada de um lugar onde pudesse representar seu direito enquanto cidadã, um espaço de denúncia, de representação da população mais afetada pelos eventos catastróficos e as mazelas sociais, gera também a legitimação de poder do dizer da moradora por parte do jornal, enquanto instituição reconhecida nacionalmente e de maior circulação no país.

Buscamos, a partir das sequências discursivas selecionadas de tal matéria e tendo como aporte referencial os dispositivos analíticos assumidos no primeiro

capítulo, compreender o funcionamento desses efeitos de sentido e o papel da voz da moradora na convocação e circulação dos discursos.

Dentro do corpus, portanto, podemos apontar o funcionamento de diversos processos discursivos. No que diz respeito à SD1 nos traz um bom exemplo da funcionalidade de uma formação discursiva. Num determinado momento da reportagem a entrevistada, de nome Aldjane, aponta que “nunca tinha visto uma enchente atrás da outra, como agora. Na minha opinião a culpa é do povo que está agredindo a natureza” (SD1).

Diretamente relacionada ao conceito de memória, tratado no primeiro capítulo, a formação discursiva por diversas vezes faz com que o sujeito se aproxime de determinadas práticas discursivas, operando suas próprias práticas e se distancie de outras. Isso, não raro, cria no sujeito o entendimento de que os conceitos trabalham intrinsecamente, processo no qual a circulação de discursos envolve, inclusive, denúncia das próprias práticas discursivas, possível através da efetivação dos esquecimentos¹¹ que iludem o sujeito enunciator e o instigam a se sentir enquanto origem do discurso.

Ao dizer que a população (pobre e marginalizada socialmente às bordas da cidade, que são próximas às bordas dos rios) é responsável pelos eventos catastróficos, Aldjane reproduz o discurso dominante, o qual a responsabilização não é endereçada ao sistema que empurra famílias sem estrutura, acesso aos direitos básicos (garantidos em lei) e saneamento básico a ocuparem espaços de grande risco de acidentes. Percebemos, também, que Aldjane assume o papel das classes mantenedoras do capitalismo ao esvaziar os efeitos negativos causados pela utilização indiscriminada dos recursos naturais disponíveis, que ocasionam a recorrência cada vez mais frequente de eventos naturais potencializados pela utilização imprópria dos recursos naturais e ocupação desorganizada de áreas que apresentam risco frente à habitação.

Dessa maneira, Aldjane não consegue, devido às intencionalidades presentes nas movimentações do esquecimento e das formações discursivas nos dizeres, correlacionar o repetido número de enchentes e perdas materiais, assim como de direitos fundamentais, seja responsabilidade das péssimas condições de subsistência proporcionado pelas organizações sociais. Esse posicionamento

¹¹ O conceito de esquecimento foi trabalhado no segundo capítulo e trata dos efeitos gerados a partir da concepção da fala em que o sujeito acredita ser dono e soberano dos discursos.

ocupado, que acaba por desonerar o sistema vigente e onerar a população carente, marginalizada à beira do rio, pode ser melhor percebida na SD2, a qual Aldjane, por intermédio do jornalista, entende que “apesar de tudo, eu me considero uma mulher de sorte, porque a família está com saúde. As coisas materiais a gente recupera”. Não obstante, Aldjane assume um discurso historicamente popular na realidade brasileira, vinculado ao discurso religioso, o qual os bens materiais são uma parte ínfima frente à unidade da família, à manutenção da saúde. Não coincidentemente, esse discurso vai ao encontro da perspectiva neoliberal de responsabilizar os indivíduos a serem responsáveis únicos pela garantia da recuperação dos bens materiais e, muito mais que eles, os direitos humanos em âmbito geral.

O sujeito enunciativo “escolhe” um lugar a partir do qual efetiva a enunciação. Com base naquilo que fala, assume um lugar ideológico delimitado pela formação discursiva, que lhe permite dizer “alguma coisa a partir de algum lugar”, como já apontava Pêcheux (1999). Para o enunciativo efetuar o dito não há uma escolha. Há o entendimento de que aquilo que foi dito é único e irrefutável, baseado nas formações discursivas.

Assim, ao refletir sobre os fatores responsáveis pela enchente, é imputada ao povo a culpa, como na assertiva a seguir, por aquilo “que está agredindo a natureza”. Ao enunciar essa frase, Aldjane nos apresenta a incorporação do discurso dominante, segundo o qual a responsabilidade pelas mazelas é daqueles que a sofrem. Mais do que atribuir a responsabilidade da catástrofe aos moradores e à população em geral, firma o lugar das pessoas em situação de vulnerabilidade social enquanto provocado por elas mesmas, uma condição de autogestão na qual as pessoas se colocam em situação de risco e abandono.

Aldjane não se dá conta de que está atribuindo a si e aos afetados responsabilidade central pela catástrofe, diluindo a culpa do sistema e responsabilizando atores sociais que não são produtores das mazelas, mas sim mantenedores. Nesse momento, ela não está enunciando aquilo que lhe é possível ser dito, dentro de um universo de possibilidades discursivas.

Ao mesmo tempo, a enunciação de Aldjane, através do jornal *Folha de São Paulo*, significa também um posicionamento discursivo por parte do jornal, enquanto enunciativo final do discurso de Aldjane. Os efeitos de sentido do discurso de Aldjane são enviesados pelo jornal enquanto enunciativo.

Percebemos a depreciação, mesmo que não percebida no discurso, do enunciador frente à sua própria condição, a partir da assunção do discurso religioso, no qual apresenta na SD3 que “O lugar é até bem simplesinho, mas é nosso, sabe?”. Dessa maneira, utiliza diminutivos para caracterizar sua posse, desvalorizando o local da moradia, assim como todos os sacrifícios para construí-lo e mantê-lo, em contrassenso a toda a displicência dos governos em garantir o mínimo de condições para uma moradia digna.

Tal posição é confirmada pela SD4, na qual é enunciado que “nossa casa era até bem ajeitadinha, mas ficava ao lado do rio, pertinho mesmo. Naquela noite (primeiro de agosto do ano de 2000), a enxurrada começou devagar, mas depois veio forte e não sobrou nada. Arrastou tudo.”

Ao apresentar que a catástrofe social, fruto da marginalização da população pobre das cidades afetadas (e para muito além delas), o enunciador desvaloriza o seu lar, apontando que a casa era “ajeitadinha”, que o local era “simplesinho”, atenuando as consequências da perda de tudo. Afinal, mesmo perdendo tudo, se apresenta disposta a assumir a responsabilidade sobre a construção de sua residência em áreas de risco, assim como a reconstrução desse processo, sem onerar as gestões públicas e o sistema social e econômico por tal revés.

Quando a entrevistada da SD1 aponta que a culpa pelo efeito social de uma catástrofe natural é do próprio povo atingido, silencia diversas outras causas para tal resultado. Nesse ponto, o sistema que impõe à grande maioria da população formas marginalizadas de vivência acaba por ser inocentado do seu lugar como protagonista do resultado de uma catástrofe natural, cujos resultados negativos atingem principalmente as populações de classes mais baixas.

O discurso não pode referenciar-se a si mesmo, sendo sempre emparelhado com outros discursos já presentes e circulantes. Baseados nos exemplos acima, percebemos que a memória não é um aparato individual, particular, sim um arcabouço acessado e presente na coletividade, enraizada na cultura e pela cultura. Portanto, esse efeito discursivo ocorre em diversos contextos sociais.

Pêcheux (2010) aponta que a memória trabalha implicitamente nos discursos, afetando a objetividade da língua. Assim, quando o sujeito, vindo da classe afetada pelas catástrofes, enuncia que “a culpa é do povo, que está agredindo a natureza”, trabalha implicitamente na junção de tantos outros discursos paralelos no decorrer

da história, que acaba por cristalizar a ideia de que a responsável pelas desgraças acontecidas à população é ela mesma.

O modelo de marginalização e supressão de grande parte da população, assim como a responsabilização individual das mazelas coletivas, não é resultado de um fenômeno surgido espontaneamente. Faz parte de um contexto histórico e regular, no qual a imagem e a concepção sobre o “povo” foram sendo formadas e modeladas para chegar ao lugar onde estão. Há dessa maneira, assim como aponta Pêcheux, uma interação entre o processo histórico e o modelo econômico e de poder atual.

Enquanto o acontecimento é o surgimento de um novo processo discursivo, mesmo que remeta a tantos outros discursos (ainda que não seja um dizer original, livre de outros dizeres), a estrutura representa a homogeneidade dos processos discursivos, pelo menos a tentativa de criar um sistema fechado, hermético. Mesmo com tentativa de se manter no papel de unicidade, o advento dos acontecimentos e de seus respectivos rompimentos com o “óbvio” demandado pela estrutura acaba por manter essa relação discursiva atemporalmente instável.

Pêcheux postula que o acontecimento é rodeado por duas maneiras de proposição discursiva: uma presente na aparente objetividade da linguagem, amparada pelo logicismo científico e empirista cuja resposta é “exata”; a outra abordagem, que tem funcionamento um pouco mais complexo (no sentido de não possibilitar respostas certas e definidas), emerge nas complexidades discursivas e, mesmo tendo formas passíveis de definição, foge da objetividade da língua e tem como moradia os movimentos ideológicos.

A estrutura, aponta Pêcheux (1990), tende então a buscar essa homogeneidade de todas as nossas atividades, criar essa sensação responsiva embasada pelo hábito, criando um ambiente controlado e responsivo de escolhas e posturas que fogem, desestabilizam o sistema para, em seguida, absorvê-lo. Contudo, o deslizamento faz com que nos resvalemos de nossos lugares estabelecidos.

Dentro do evento catastrófico das chuvas em Alagoas, no ano de 2010, vemos esse processo em todas as sequências discursivas, desde a tentativa de manter um mesmo processo discursivo ainda após a eventualidade, até a mudança, o deslize do sujeito nos processos discursivos, advindos dessa erupção de sentidos.

No relato de Aldjane, ela mantém, apesar de o acontecimento ter mudando todo seu contexto de realidade, os dizeres de cunho neocapitalista, atribuindo a culpa do evento ao “povo”, isentando o sistema de suas responsabilidades. Mantendo-se em posição de submissão, ela faz uso de diminutivos para apresentar seus pertences (casinha, lar arrumadinho) e, por conseguinte a si mesma, na mais literal tradução dos personagens da obra *Vidas secas*, de Graciliano Ramos (2010), que resistem às intempéries, aceitam a condição de ter quase nada, assumindo, por fim, essa identidade.

3.3.2 Postais do conhecimento

O veículo midiático Postais do Conhecimento é o veículo com a menor circulação dentre todos os materiais pesquisados. Fruto do intento em divulgar os 50 anos da Universidade Federal de Alagoas, teve como objetivo tratar questões que envolvem a Universidade e a relação dentro do tripé de ensino-pesquisa-extensão.

Muito mais que isso, o folhetim acaba por apresentar a posição da Universidade frente à interação com a sociedade e sua posição perante os acontecimentos mais contundentes da sociedade na qual a Universidade se encaixa, ou pelo menos é esse o efeito criado pela publicação.

Assim, o veículo citado ganha um status diferenciado no que diz respeito ao lugar do enunciador e ao peso que este carrega nas relações de poder estabelecidas socialmente.

Discutindo de maneira direta os recortes selecionados, temos o posicionamento de um representante da Universidade Federal de Alagoas na comissão para a recuperação das áreas atingidas, promovida pelo governo do estado e tendo como integrantes representantes dos principais setores de reconstrução e auxílio aos acidentados. Em uma pequena coluna para tal publicação, o integrante da comissão e representante da Ufal, de maneira bem sucinta, apresenta o posicionamento desta, por meio dele, no que diz respeito aos eventos catastróficos. A falta de outras publicações, nesse mesmo veículo, gera a sensação de que esta é a posição da instituição, o olhar da Universidade, por meio de seus representantes, frente aos ocorridos do evento.

A posição de enunciador ocupada pelo representante da Ufal no momento de expressar posição acerca dos acontecimentos, contudo, não é tão simples e linear quanto aparentemente deveria ser. Posicionar-se, nesse contexto, diz de assumir lugares e posições ideológicas que não poucas vezes são contraditórias em suas possibilidades discursivas e seus papéis. Em diversos momentos, e valendo de boa quantidade de exemplos presentes em diversas sequências discursivas trabalhadas aqui, podemos perceber a contradição pressionando o sujeito enunciador a, inclusive, circular por outras formações discursivas.

Valendo-se dos esquecimentos ideológicos (1 e 2), que possibilitam ao sujeito o vislumbre de que ele mesmo é fonte dos discursos e que opera a única maneira de enunciação. O enunciador aproxima-se do discurso governamental, em demérito do lugar ocupado enquanto representante da universidade. Essa aproximação não é, todavia, completa, já que o sujeito enunciador é convocado, também, a reproduzir os discursos inerentes à posição da Universidade.

Onera, dessa maneira, o evento natural de responsabilidade efetiva frente aos desastres e, mesmo apontando um tipo de corresponsabilidade da infraestrutura do estado, sem responsabilizar, contudo - e muito pelo contrário, o governo.

Assim, ao ler os eventos no mundo, a partir do local de poder, apontou que, (SD5) “há um ano, o Estado de Alagoas foi assolado por sua maior catástrofe ambiental. Em junho de 2010, a cheia nos rios Paraíba e Mundaú causaram mortes e imensos danos à nossa, já precária, infraestrutura urbana. Pontes, estradas, casas e mesmo bairros inteiros foram varridos como se fossem brinquedos”.

Dentre os responsáveis pela lentidão, fatores ambientais são apresentados de maneira destacada, como na SD5, em que o enunciador aponta as chuvas do ano subsequente, 2011, enquanto proporcionadoras de mais prejuízos para a população alagoana, mesmo que em menor escala. O enunciador aponta que (SD6) “no início da quadra chuvosa deste ano (2011), uma cheia de menor monta voltou a causar prejuízo ao povo alagoano, desta vez na zona da mata do litoral norte”.

A repetição dos eventos, como já apresentado nas sequências discursivas anteriores, em que grandes perdas sociais são contabilizadas e, mesmo assim trazem consigo um ar de *dejá vu*, no qual a maior responsabilidade recai sobre um evento em que existe a possibilidade de remediação, desde que haja o interesse político e econômico para tal.

Nas sequências de SD4 até SD7 há a ação do sujeito para transformar o acontecimento natural em acontecimento social. O que temos nesses recortes é a caracterização discursiva da própria catástrofe. É a visão do Acontecimento Imediato e sua construção até se transformar num Acontecimento Histórico.

Acontecimento Imediato diz do fato em si e das movimentações de sentido que ele gera em seu círculo. Pêcheux afirma que os acontecimentos atuam na constituição dos sujeitos, na formulação do ser. De acordo com a importância ou os discursos circulantes, o representante da UFAL, enquanto detentor de poder, significa e forma uma concepção histórica que ficará gravada nos efeitos discursivos, por mais que não seja uma determinação cimentada.

Nas sequências de SD4 até SD7 há a ação do sujeito para transformar o acontecimento natural em acontecimento social. O que temos nesses recortes é a caracterização discursiva da própria catástrofe. É a visão do Acontecimento Imediato e sua construção até se transformar num Acontecimento Histórico.

(SD7) “de lá pra cá (período de um ano da enchente), é necessário reconhecer que há um esforço do governo em reconstruir o que foi destruído. Evidentemente, o trabalho enfrenta uma séria de entraves e não acontece com a velocidade desejável”.

Os acontecimentos, de maneira geral, abalam as estruturas de modo a promover novos sentidos dentro de uma determinada realidade discursiva, implementada pelas classes dominantes. Parte dessa mudança diz da retomada e ressignificação de outros acontecimentos e discursos outros, já ocorridos e convocados a significar dentro de uma cadeia de novos elos de sentido, que possibilita não apenas o irromper discursivo, mas a mudança em aspectos dessa mesma estruturas.

Esse convocar para significar diz do Acontecimento Imediato, assim como do fato em si e das movimentações de sentido que ele gera em seu círculo. Pêcheux afirma que os acontecimentos atuam na constituição dos sujeitos, na formulação do ser. De acordo com a importância ou os discursos circulantes, o representante da UFAL, enquanto detentor de poder, significa e forma uma concepção histórica que ficará gravada nos efeitos discursivos, por mais que não seja uma determinação imutável.

Percebemos tal posicionamento de apontar a situação de descaso presente em Alagoas, mas amortizar a responsabilidade do(s) governo(s), responsabilizando, também, a intempérie climática do estado de Alagoas, tanto contraditório. Instalado nas fronteiras discursivas pelas sequências discursivas 5 e 7, nas quais o enunciador aponta (na SD7) que o governo tem feito o seu trabalho, mas de modo lento.

Percebemos, assim, formações discursivas divergentes e atuantes numa única realidade. Um funcionário da Universidade Federal de Alagoas, integrante da comissão constituída pelo Governo do Estado de Alagoas para medidas frente às catástrofes de 2010, assume a difícil tarefa de apresentar um olhar crítico e ao mesmo tempo coerente com o papel exercido em uma ação governamental. Na SD7, ele aponta a situação de descaso presente em Alagoas, mas amortiza a responsabilidade do(s) governo(s), responsabilizando, também, a intempérie climática do estado de Alagoas.

Percebemos tal posicionamento contraditório instalado nas fronteiras discursivas pelas sequências discursivas 5 e 7, nas quais o enunciador aponta (na SD7) que o governo tem feito o seu trabalho, mas de modo lento.

Aqui a memória discursiva, aquela de que o “pobre” tem de certeza apenas a vida, cria um espaço para amortizar outros fatores que proporcionam tal situação, como o baixo acesso à educação, ao emprego e a outros princípios garantidos pela constituição. Observamos essa repetição em práticas e dizeres presentificados no passado e no cotidiano da realidade cultural dos atores sociais em diversos pontos dos diferentes enunciados presentes em diversas sequências discursivas, dentre as já apresentadas e as que serão futuramente divulgadas, como SD1 e SD4, assim como as futuramente abordadas, como SD13 e SD17, nas quais o evento tem um tom de eventualidade, como algo que acontece com a classe pobre; sempre aconteceu, devendo ela, portanto, aprender (já aprendeu, inclusive, pelo exposto nos recortes) a lidar da melhor maneira com essas intempéries naturais.

A partir de diversos olhares sociais, as chuvas, enquanto um evento natural, têm parcela de culpa atribuída a si pelos eventos ocorridos em Alagoas e Pernambuco. Dar um aspecto social a um evento natural é tão perigoso quanto naturalizar um evento social. Essa inversão, além de “forçar” alguns efeitos de sentido, auxilia na operacionalização dos esquecimentos, já que, também por esses

efeitos de sentido, o sujeito enunciador entende-se enquanto fonte de tal discurso, impossibilitando outros sentidos discursivos oriundos dele em tal questão.

Todo o descaso das máquinas de poder político e financeiro com grande parte da população alagoana, pernambucana – e brasileira – empurrada para os leitos dos rios, as beiras de encostas e submetida à desproteção dos aparelhos sociais do Estado, é diluído pela convicção com que se responsabiliza a natureza pelos danos causados a esses sujeitos. Há aqui um movimento ideológico discursivo que retira o acontecimento das chuvas do posto “neutro” e o coloca enquanto produtor de sentidos.

Dessa maneira, na SD7, o ator social pode enunciar que “(...) a cheia nos rios Paraíba e Mundaú causou mortes e danos à nossa, já precária, estrutura urbana”, atribuindo à chuva o papel de causadora das catástrofes sem, contudo, apontar a estrutura pluvial deficitária oferecida pelo Estado de Alagoas. Nesse caso, a chuva vem como punição para uma sociedade em organização. Para complementar esse sentido, o ator aponta que o governo assumiu os processos de reconstrução, mesmo que de forma lenta, mas que uma nova chuva no ano subsequente causou outros estragos materiais à “sociedade alagoana”.

Vivenciando a complexidade dos processos discursivos nos campos da memória e do interdiscurso, fundamentais para as condições de produção, o representante da UFAL na comissão constituída pelo Estado para lidar com os eventos catastróficos das chuvas (SD7), ocupando mais de um espaço discursivo e ainda situado num ambiente contraditório, de acordo com o lugar que ocupa, circundado por heterogeneidades políticas, apresenta em seu discurso uma função modalizadora, evitando posicionar-se de maneira clara em alguma formação discursiva contrária às demais pelas quais ele responde.

3.3.3. O Jornal

O enunciador assume um dizer voltado, em um primeiro momento, à denúncia dos papéis ocupados pelo governo de Alagoas no cuidado e nas intervenções referentes aos eventos catastróficos e os procedimentos de intervenção e reconstrução.

Cabe ressaltar que O Jornal ocupa papel de oposição ao atual governo, sendo parte de frequentes questionamentos frente às posturas e escolhas assumidas no que diz respeito às posturas interventivas e ao trato com a população.

Ocupam o lugar de apontamento frente à suposta inoperância governamental, ao descaso do governo frente ao sofrimento das pessoas e o desmoronamento da infraestrutura do estado, tendo a catástrofe como estopim para a falência da atual gestão. Relata, dessa maneira, que (SD8) “Desabrigados continuam sem casas. Um ano após as enchentes que atingiram 19 municípios em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está morando em barracas de lona à espera das casas”.

Para além de um descaso no que diz respeito à população que elegeu o governo, O Jornal aponta que determinadas gestões em âmbito municipal e a estadual utilizam a máquina pública para o favorecimento próprio, ou, ao menos, infligem o descaso aos semelhantes e aos mais próximos, seus eleitores. Na sequência discursiva seguinte, (SD9), “Em Murici, até o prefeito continua vivendo na área destruída. Sua casa, extensa e toda branca, parece nova; ninguém diz que um dia sofreu com enchente. Mas é só olhar em volta para descobrir que aquela beira de rio também foi devastada”.

Ao dizer, na SD9, que o prefeito mora na região das catástrofes e que, mesmo assim, sua casa continua branca e intocada em meio ao caos dos moradores acidentados pelas chuvas, o enunciador evidencia, a partir das suas possibilidades, o trono no qual se senta o poder público, assistindo incólume às desgraças pelas quais foi acometida a população.

A evidência desses papéis ocupados pelos atores políticos acaba estando muito evidenciada. Assim, como recurso de memória e interdiscurso, há a intenção em socializar a perspectiva natural da chuva. Essa passa a assumir um papel social efetivo, como se infligisse a população a tal situação de intento autodeterminado. O Jornal, portanto, enuncia que (SD10) “A chuva também levou a culpa pela lentidão. E a previsão, até o fim do inverno, é que as construções atrasem mesmo – essa é a avaliação do Estado e dos profissionais que trabalham nas obras”.

Essa culpabilidade de fatores naturais aparece, também, no apontamento crítico dos motivos apresentados pelo governo na SD10. Nesse recorte, o enunciado é o de que o governo responsabiliza as chuvas pela demora nas construções.

Esse mesmo discurso também é utilizado pelo Estado e pelos sujeitos que detêm o saber no campo das reconstruções, fazendo soar quase que em uníssono, com o coro de outras vozes já apresentadas neste subcapítulo, que as chuvas são, em maior ou menor proporção, responsáveis pela destruição de construções mal feitas e, muitas vezes, ilegais, assim como pelo longo período no qual muitos ficaram desabrigados.

O *Jornal* publica então, no que está descrito na SD10, que “a chuva também levou a culpa pela lentidão. E a previsão, até o fim do inverno, é que as construções atrasem mesmo – essa é a avaliação do Estado e dos profissionais que trabalham nas obras”.

O ator social enunciador transmite a impressão de que o Estado e as construtoras responsáveis pelas obras de reconstrução e dos complexos de habitação repassam o peso da demora ou da inoperância em entregar as obras tão vitais à população para o grande índice pluviométrico das chuvas no ano subsequente ao evento. Evidencia o papel relapso executado pelo Estado, que não viabilizou o andamento satisfatório, no campo político, e necessário, frente à exposição dos acidentados às mais diversas vulnerabilidades sociais, junto às barracas, que de provisórias foram tomando forma de permanentes.

Apresentando de maneira mais clara essa memória na função de interdiscurso, retomamos a SD10, na qual o sujeito discursivo enuncia que “a chuva também levou a culpa pela lentidão”. Assim, o sujeito retoma outros discursos que apontam o nível excessivo de chuva enquanto o principal algoz dos moradores das zonas de risco e das proximidades dos leitos dos rios Mundaú e Paraíba. Para além disso, ele retoma também os discursos que apontam a omissão do Estado ao criar o sentimento de transferência de responsabilidade. Esse movimento se deve ao interdiscurso por, assim como aponta Orlandi (1999), este dar sentido, a partir dos discursos já enunciados, àquilo que é dito no momento da enunciação.

Com o intuito de apresentar e validar essa perspectiva que, apesar de não onerar o sistema que propicia tais situações responsabiliza o governo atual, O *Jornal* traz dados do estado vizinho, Pernambuco, para pautar a ineficiência do governo alagoano nas implementações de práticas assertivas para a melhor fluidez dos trabalhos de reconstrução e habitação das áreas e pessoas atingidas. Na SD11, aponta que “enquanto o governador de PE, Eduardo Campos (PSB) inaugurava as

primeiras 139 casas para desabrigados, o vice-governador de AL, José Thomaz Nonô (DEM) justificava o atraso da reconstrução dos municípios atingidos e prestava contas do que já foi feito com os recursos enviados pelo Governo Federal (...).

Pernambuco é convocado neste espaço não como um modelo de benfeitoria, mas como um contraponto negativo para a gestão do estado de Alagoas. Assim, são denunciadas, além dos atrasos e da má utilização do carro administrativo do estado, as falhas de governabilidade frente às melhores possibilidades de intervenção.

Para além das falhas administrativas, pode-se questionar a proximidade do governo com construtoras de maneira geral, podendo este atraso ser não apenas fruto de ineficiência dos governadores, mas resultado de contatos e posturas políticas entre os demandantes e os prestadores de serviço. (SD12) “As diferenças também podem ser observadas na técnica de construção das casas: enquanto lá é utilizado um pré-moldado que permite que um imóvel fique pronto em 24 horas, aqui a alvenaria tradicional ainda é a forma predominante utilizada”.

Tais recortes remetem aos dizeres que perpassam pelos movimentos discursivos que remetem ao construído popular de que “todo político é potencialmente corrupto”. Refresca tantos eventos já discursados pela mídia acerca de *lobbies* pagos a políticos por construtoras e tantas outras histórias relacionadas ao desvio de dinheiro público e descaso por parte dos governantes, fazendo um resgate, ainda da relação entre o sofrimento da população e de supostos desvios de verba, na SD12.

Ao dizer que a “chuva também levou a culpa pela lentidão” (grifo nosso), o jornal denuncia a tentativa de responsabilizarem a chuva pela própria catástrofe, tentando apagar a responsabilidade do governo frente ao evento. Pelos recursos de memória e intradiscursos, podemos pensar na ocupação de uma formação discursiva e ideológica contrária à do atual governo do Estado de Alagoas.

Assim, a organização do texto tenta deixar explícito o movimento implícito de naturalizar e de dissipar na população afetada as responsabilidades das instituições de poder (Estado e construtoras – que trabalham por meio de incentivos e contratos estatais por todo o país) frente às mazelas ocorridas. Esse evento apresenta a heterogeneidade da movimentação discursiva e o papel que a memória pode assumir tanto para a tentativa de estabilizar o discurso dominante quanto para resistir a tal.

As possibilidades de se elaborar uma prática discursiva não dependem apenas da linguagem, mas também dos mecanismos ideológicos e sociais presentes nela e que, por ela, encontram saída para o social. Sendo assim, é fundamental abordar num processo analítico voltado para os eventos sociais como um todo e dentro deste trabalho em específico as catástrofes das chuvas, em 2010, as *condições de produção* de um discurso.

O tom poético assumido na comparação entre o animal aprisionado e os desabrigados instalados em região de grande vulnerabilidade ao fazer a correlação com o discurso popular, retomando a ideia do pássaro aprisionado ao homem aprisionado por gaiola sem grades, mas que sufoca. A prisão ofertada pela formação discursiva em que o sujeito se encontra não carece de grades nem algemas. O aprisionamento dos sujeitos é realizado para além da submissão física. É, todavia, a tentativa de se subjugar os sujeitos ideologicamente, acreditando eles mesmos a impossibilidade de fuga de tal condição de cárcere. Para, além disso, há a possibilidade (e a ocorrência) da aceitação e identificação com tais cárceres discursivos. A sequência, aponta que (SD13) “Gaiolas dentro de outra gaiola. Nas duas moradas, de gente e de pássaro, a escuridão prevalece, e o espaço que seria natural de uma vida liberta – a prisão do acampamento é a pobreza – reduzido a poucos metros de chão para andar/andar em círculos, de cabeça baixa”.

Contudo, mesmo “atravessado” por certas determinações ideológicas que lhe impõem as possibilidades e impossibilidades dos dizeres, o sujeito acaba por deslizar, fugir do pressuposto ideológico imposto e aponta, vez por outra, indícios de sentidos para além daquilo que era esperado. Na SD13, em que o enunciador imprime sua leitura de acontecimento, disserta, em certo ponto, que “(...) a prisão do acampamento é a pobreza”.

Apontar a pobreza enquanto fator principal da condição na qual os “acampados” se encontram direciona a discussão para além da relação de causa e consequência em decorrência das chuvas, passando a recair a responsabilidade pelos desastres pluviais e fluviais nos moradores que invadiram as margens dos rios. Da mesma maneira em relação à atual gestão governamental. Apontar a pobreza enquanto principal problema diz de assumir um problema estrutural, do sistema, que oferece pouquíssimas condições ao sujeito de sair da situação de miséria, que é efeito e causa direta do desfalecimento social.

Reiteradas vezes percebemos repetidas evocações acerca da memória discursiva, remetemos àquela de que o “pobre” tem de certeza apenas a vida, cria um espaço para amortizar outros fatores que proporcionam tal situação, como o baixo acesso à educação, ao emprego e a outros princípios garantidos pela constituição. Há, portanto, uma inversão de valores e deveres. A população economicamente e socialmente vulnerável recebe o peso de posicionar-se frente às mazelas como dona de seu próprio destino. Munidos de seus pertences mais fundamentais, a vida, os moradores das regiões afetadas pelas enchentes enfrentam os estigmas das mazelas sociais que os mantiveram nas áreas de vulnerabilidade, demarcadas por consecutivas enchentes de menor ou maior porte, e sofre, novamente, as intempéries impostas pelas relações de poder e presentes dentro dos movimentos discursivos.

Compreender os efeitos de sentido, contudo, não se limita ao ato de debruçar-se e analisar os efeitos discursivos de maneira recortada. Esse tipo de ferramenta, contudo, é fundamental para o aporte teórico dos movimentos discursivos.

Seccionar e tratar de modo independente – mesmo que respeitando as correlações indispensáveis na prática das discursividades—cada dispositivo analítico permite um rigor acadêmico necessário ante qualquer trabalho futuro realizado com os dados aqui apresentados, mesmo uma ampliação da materialidade e o aprofundamento em determinadas questões abordadas na análise das sequências discursivas.

Neste espaço utilizamos da possibilidade de realizar uma análise com base nos diferentes conceitos aqui abordados, buscando perceber o movimento discursivo em sua engenharia de funcionamento, destacando que, para tal, o pesquisador imprime também seu lugar social, fazendo com que este seja, por mais que haja distanciamento, o filtro de percepção frente à teia de sentidos presente em cada discurso. Existe, também no papel do pesquisador, a resistência ao que é dito e identificação com o conteúdo discursivo.

Aquilo que a mídia transmite está correlacionado àquilo que a classe dominante percebe como sendo a maneira a partir da qual a sociedade deve ou efetivamente se organiza. A mídia não está, como aqui apontado, construindo isoladamente lugares ideológicos, pois a ideologia em si vem antes do próprio

aparelho ideológico e o modela para tal. Existe a influência dentro do sistema ideológico, mas acaba sendo limitada a esse espaço ideológico disponibilizado. A ideologia absoluta está, entremeios, em todos os aparelhos ideológicos de maneira determinante e singular, apesar de seus efeitos nas interações sociais serem plurais.

Voltando à questão das condições de produção da mídia, tendo como princípio básico de pensamento aquilo de Althusser percebeu enquanto Aparelho Ideológico do Estado, Volanim comenta:

Ele (Althusser) faz uma correlação entre o público e o privado, em que o Aparelho Repressivo do Estado pertence ao poder público, mas os Aparelhos Ideológicos do Estado, destacando os empreendimentos culturais como os jornais, revistas e atualmente os meios televisivos, radiofônicos e digitais pertencem aos domínios particulares. Com isso a mídia, por mais que esteja a serviço privado, transmite a ideologia do poder estatal, haja vista que ela está sempre sob influência ou influenciada pela classe dominante detentora dos meios de comunicação mais influentes e conseqüentemente alienadores (VOLANIM, s.d., p. 5).

Existe grande e importante diferenciação dentro da própria mídia, então. O fato de ocupar um lugar ideológico está atrelado a outras questões, que não a sua existência em si. O que faz de qualquer veículo midiático um Aparelho Ideológico do Estado é a ideologia a qual ele está vinculado.

Pensando acerca de um veículo midiático que visa o lucro e a notoriedade social, por meio das vendas de exemplares e, conseqüentemente, pelos anúncios e parceiros que angaria, o lugar ideológico que ele ocupa acaba por ser, inevitavelmente, o da classe dominante, diretamente vinculada ao lucro e à mais-valia. São necessárias para sua “sobrevivência” a adequação e a propagação daquilo que ideologicamente é concebido enquanto o certo¹².

A mídia “paga”, então, gratuitamente, reforçará o lugar ideológico em que se encontra e pelo qual acaba por entender os movimentos sociais. Assim como os

¹² Deve-se pensar o que é certo ou errado dentro dos pressupostos maniqueístas judaico-cristãos, nos quais uma posição acaba, inevitavelmente, negando outra posição inversamente situada. A ideia de se construir o que é certo deve ser entendida enquanto necessidade de homogeneizar as disputas ideológicas, criando o entendimento de que só existe uma maneira de se fazer ou dizer, que a sociedade tem seu funcionamento estruturado dessa maneira sempre.

sujeitos individuais, enquanto um sujeito social, um Aparelho Ideológico de Estado, a mídia não domina o que diz e não é fonte do dizer, sendo muitas vezes levada a dizer por indução ideológica.

Para efetivar esse movimento ideológico e transformá-lo em prática discursiva, trazer sua organização para as instabilidades do discurso, algumas ferramentas são fundamentais para a busca da homogeneização das formações ideológicas e, conseqüentemente, da estabilização das formações discursivas, fazendo com que estas não sejam tão fluidas e porosas, mas estáticas.

Levando em consideração os estudos acerca do silenciamento e com o objetivo de denunciar o que não está explícito nas práticas enunciativas e, por consequência, na sociedade e nas matérias de jornais, as sequências discursivas aqui discutidas demonstram como o processo ideológico funciona dentro do enunciar de práticas discursivas.

Já no título do artigo jornalístico, o enunciador dá pistas acerca do seu posicionamento ideológico, das formações discursivas ocupadas. Traz em seu título uma frase inquietante e que abre várias possibilidades significativas, deixando claro, mesmo sem apontamentos diretos, a crítica ao Estado, que em outras enunciações afirmou a reconstrução das áreas atingidas pelas chuvas em 2010 e construção de complexos habitacionais: “Famílias ainda esperam pelas casas”.

Num primeiro momento esse enunciado, que aparenta ser curto e simples, muito mais do que repassar a prévia da informação necessária para a introdução do restante da reportagem, apresenta elementos dentro daquilo que será propagado durante o posicionamento que será assumido. Por mais que apareça um tanto quanto solta no topo do texto, frases como essa nunca são ou estão soltas num emaranhado enunciativo.

Esse é um enunciado passível de várias interpretações e em que a posição do autor só pode ser desvelada após a leitura do texto como um todo. Enquanto a informação da espera assume o lugar principal da enunciação, outra leitura possível, como “o governo ainda não entrega as casas”, pode determinar outros efeitos de sentido.

Por mais que exista a impressão de efetivar a mesma informação, a maneira como o enunciado é elaborado já apaga o lugar do Estado enquanto efetivador das

políticas públicas de prevenção e de ação frente a catástrofes para colocar os moradores que sofreram com as chuvas num lugar passivo, dependente.

Já na introdução da reportagem, a impressão neoliberalista de que cada um é responsável pelas suas conquistas e deméritos é atribuída a uma população que é passiva perante os eventos e dependente da solidariedade do Estado. Assim, percebemos aquilo que Orlandi cita sobre o dizer alguma coisa que silencia todas as outras. Não se trata de indagar se o enunciado poderia ser completamente diferente ou não, pois ele nunca é desproposital e representa a posição-sujeito ocupada pelo enunciatador a partir de então.

Na notícia, a reportagem aponta as péssimas condições de vida nas quais os moradores se encontram e utiliza dois atores sociais como exemplo da situação. Duas irmãs que não queriam mais viver dentro de um colégio, dividindo uma sala de aula com diversas pessoas, tomaram a seguinte decisão (SD14) “cansadas de esperar por um teto em local seguro e de posse de um auxílio moradia, elas compraram blocos, cimento, contraíram dívida em uma loja de material de construção para conseguir telhas e madeiras, pagaram um vizinho pedreiro e reconstruíram suas casas”.

Esse discurso casa com o discurso neoliberalista, defensor de que os sujeitos são responsáveis pelo sucesso ou insucesso na vida num ambiente competitivo, enquanto a intervenção do Estado no fluxo econômico e social deve ser a menor possível. Assim, o papel do governo é abrandado e talvez até se torne positivo pela sua representação assistencial através do auxílio moradia. O jornal não aponta diretamente o governo como benfeitor, mas também não o aponta como responsável pela situação de vida dessas cidadãs, deixando-as, dentro do texto, a mercê da sua própria “determinação” e “força de vontade” para alterar essa sina.

Ao apontar o acesso das irmãs aos materiais de construção e, principalmente, ao crédito, o modelo social é tido enquanto um possibilitador de igualdades, desde que o sujeito se interesse por assumir seu lugar no mundo e se destacar do esperado, arriscar e se perceber enquanto reproduzidor da ideologia que lhe é oferecida.

Ao dar destaque a uma família que, devido a diversas possibilidades, conseguiu sair da situação da grande maioria das famílias desabrigadas, ainda que sem estrutura financeira para buscar outro lugar que não os abrigos e as barracas, o jornal apresenta o acesso aos materiais e a obtenção de crédito, juntamente com um benefício governamental, já citado. Esse seria o ambiente perfeito para a reconstrução e o prosseguimento da vida, não fossem os empecilhos causados pela própria estrutura social para que essas pessoas estejam sempre às margens da roda produtiva capitalista.

O jornal, enquanto mídia e Aparelho Ideológico do Estado, intermedeia a relação entre sujeitos e realidade. Essa realidade, todavia, não é natural, mas construída, elaborada. Assim, não se pode ignorar alguns eventos sociais, como a catástrofe das chuvas, mas é possível escolher a “forma” e o “ponto de vista” a ser publicado. Um dos recursos utilizados é o do silenciamento; quando o dizer que não pode ser dito é amordaçado.

É, então, pela forma de não-dizer pelo dito, como quando não se apresenta os verdadeiros motivos, quais sejam: de exclusão econômica e social, para que as famílias ainda estejam nessa situação, ou antes, que tenham entrado nessa situação, que um aparelho ocupa o lugar do discurso dominante.

Não fossem suficientes apenas os movimentos discursivos escritos para comprovar esse lugar ocupado pelo veículo, assim como seu interlocutor (ou para quem o jornal realiza a enunciação), observamos tantos outros recursos comunicativos. No âmbito visual da página em que se encontra a notícia, percebemos o público-alvo para o qual ele está falando: junto às imagens de descaso governamental e social, junto a rostos sofridos e desamparados e a casas e bairros desmoronados, surgem grandes e imponentes plantas imobiliárias, pensadas para a (nova) classe média maceioense.

3.3.4 Gazeta de Alagoas

Realiza uma série de críticas sobre a maneira como as obras se desenvolveram no período entre o acontecimento e a data de publicação. Da mesma maneira, questionava acerca da violência e do descaso com os desabrigados.

Diferente das outras publicações, o Gazeta de Alagoas não convida os moradores acidentados a assumirem o protagonismo da reportagem, da mesma maneira não trata o assunto pelo ângulo macro da questão, os deixando fora de cena. Apresenta uma estrutura textual mais comovida, apresentando os acontecimentos a partir de diferentes lugares discursivos, apresentando os dizeres dos políticos, dos moradores, dos técnicos e o próprio posicionamento, tanto de maneira explícita quanto de maneira implícita, pelos entremeios discursivos operantes nos seus próprios dizeres. (SD15) “A cheia foi gigantesca. Foram 27 mortos e 29 desaparecidos. Quem ficou, sofre e é feliz. Sentimento estranho que os sobreviventes dizem sentir. São felizes porque escaparam, tiveram chance de recomeçar. Mesmo na miséria, sem nada, eles estão vivos. Sorriem e choram. Esquecidos em acampamentos, escondidos em casas condenadas, à mercê do favor alheio, eles ainda respiram, têm fôlego para trabalhar e podem criar seus filhos. Um ano depois, a vida continua... E o rio corre...”.

O enunciador apresenta de maneira ampla o resumo dos acontecimentos das chuvas nas cidades alagoanas e seus efeitos catastróficos para os moradores afetados e que se viram sem pertences e referências de lar, de abrigo, convivendo em barracas e em grupos escolares, ambos de estrutura precária.

Nesse contexto desolador, utiliza o conceito da esperança para contextualizar o lugar dos afetados no atual molde da sociedade alagoana. No lugar das políticas públicas e da atuação do governo, o que consola aqueles que estiveram tão vulneráveis às catástrofes é a esperança, o suporte pelo discurso religioso, aquele que aponta a efemeridade dos pertences materiais e a dádiva da família, da vida.

O enunciador não problematiza a ausência de ações governamentais, assim como dos aglutinadores de renda do estado, deixando o papel de auxílio em um campo micro, “do favor alheio”, que os mantém vivos enquanto comunidade. A

inserção da ideia da alegria em salvar-se a vida, em detrimento ao ambiente expurgatório no qual vivem os desabrigados da chuva, retoma esse discurso familiar, religioso, da vida como prioridade absoluta.

Ao mesmo tempo, retoma o discurso jurídico, que também prioriza a vida frente a demais demandas em seus direitos fundamentais. Contudo, esse discurso jurídico retoma uma denúncia à restrição imposta a essas pessoas no que diz respeito a todos os outros direitos fundamentais, como educação, saúde, lazer e moradia.

Com o desenvolver social e legal nas sociedades capitalistas, os sujeitos deixaram de ser vistos numa perspectiva moral, no qual a ética e a moral embasam suas ações, para serem enquadrados em uma perspectiva jurídica, na qual esses sujeitos são passíveis de responder de acordo com suas posições frente às juramentações legais. Sendo assim, a cessação dos direitos fundamentais de maneira tão aberta enquadraram os desabrigados (e tantos outros marginalizados pela dinâmica social, suprimidos de acesso aos espaços e direitos estabelecidos em lei) como um subgrupo do humano, abandonado ao descaso de quem deveria garantir sua inserção sadia na dinâmica social presente.

Os sorrisos apresentados são sinais de resistência. De que, apesar de todas as mazelas, o “humano” ainda resiste, teima em imperar nas relações desiguais e marcadas de poder. A resistência do sujeito discursivo, ao denunciar, mesmo que inconscientemente, as mazelas sociais legitimadas pelos discursos oficiais e midiáticos é a mesma resistência da população afetada pelas chuvas em perecer frente às barreiras sociais aportadas pelas classes detentoras do poder. Assim, ainda em processo de denúncia, o jornal aponta que (SD15) “dignidade dá lugar à violência e miséria em barracos”.

O primeiro confronto frente a tal sequência se refere ao esquecimento das condições sub-humanas impostas aos moradores das regiões de vulnerabilidade antes dos eventos catastróficos pelo sistema econômico neoliberalista. Boa parte desses moradores não tinham uma vida digna, condizente com o que lhe são garantidos pelos direitos fundamentais.

Esse processo de denúncia às vezes está além das possibilidades de enunciação do sujeito. Mesmo tendo o interesse em causar abalos na imagem construída, via de discursos, pelo governo de Alagoas, o enunciador convoca o dizer de um morador para dar argumento e firmar a posição de contrariedade frente à omissão e procrastinação do governo. Essa convocação deve-se a uma crença do leitor em deparar-se com uma crítica das estruturas sociais e da segurança pública, a partir do convite que nos é feito. “Cheia de chuvas” nos dá a impressão de um basta, de um rompimento, ao mesmo tempo em que apresenta a situação calamitosa, já que a cheia é real e não uma posição da entrevistada.

Muito pelo contrário, ela acaba sendo instrumento da justificativa frente aos eventos catastróficos. Muito além de oferecer o salvo conduto às atuais gestões de ação e intervenção nos estados de Alagoas e Pernambuco, Aldjane esvazia a possibilidade de se responsabilizar a própria estrutura neoliberal que mantém a necessidade em ter grande parte da população na faixa da pobreza e uma pequena parcela detentora dos meios possibilitadores de grande parte dos mecanismos de produção de riquezas.

Pela construção ideológica da cultura, ela é “convidada” a assumir esse lugar, atentando para o filtro de um aparelho voltado para o capital – o jornal impresso – e discursar de maneira a manter os processos e as engrenagens sociais e discursivas relativamente estáveis.

A reportagem tem lugar fundamental na fomentação desse lugar. O enunciado “cheia das chuvas” incrimina diretamente o evento natural, naturalizando o resultado social de exploração da grande massa populacional e a subsequente ocupação desenfreada de áreas de risco nas regiões ribeirinhas, postura que segue durante todo o relato da moradora.

O objetivo dos processos ideológicos da classe dominante não é desconsiderar o acontecimento, excluí-lo ou tolhê-lo, mas sim induzi-lo a produzir os efeitos de sentido favoráveis para a manutenção da estrutura social, corroborando para a circulação de discursos homogêneos e coesos, no sentido de garantir a manutenção de tal hegemonia social.

Já na sequência discursiva SD16, o discurso da moradora, também coado pela mídia jornalística, aponta problemas de questões políticas e estruturais vividos dentro dos conglomerados de desabrigados pelas chuvas em 2010.

O discurso do ator social casa harmonicamente com o discurso assumido pela mídia, o que aponta uma forte questão de silenciamento pela formação assumida, não por si próprio, mas pela mídia que lhe dá voz, que opera como um filtro ideológico. Por mais que o dizer seja do sujeito, a organização desse dito, constituidora do efeito de sentido, cabe ao jornal que o veicula.

Mesmo não fugindo do propósito ideológico do sistema, que diz da proteção à estrutura do atual sistema social e econômico, o ator social assume a *formação discursiva* ocupada pelo jornal, denunciando o descaso e a situação calamitosa ocasionados, na visão do enunciador, pela pouca eficiência da gestão governamental durante os acontecimentos. Desfaz um pouco a responsabilidade da água nos acontecimentos, mas não direciona essa “culpa” para o sistema, prostrando-se, em sua maioria, em desvelamentos acerca da posição do atual governo do Estado.

Culminando nesse processo de construção do processo de enunciação, a Gazeta aponta que (SD17) “se não bastassem os desastres naturais que tiraram o pouco que tinham, os desabrigados ainda conviveram com denúncias envolvendo o poder público”.

O jornal *Gazeta de Alagoas*, suporte alagoano de maior circulação, tem um tom de denúncia mais moderado; contudo, mantém a postura acusatória aos abusos políticos frente à catástrofe sem, contudo, nomear os possíveis responsáveis por desvios de verbas públicas destinadas ao socorro da população e da infraestrutura (SD17). A denúncia, curta dentro do texto, é absorvida pela construção da perspectiva de uma vida de alegrias e tristezas dentro dos acampamentos, diminuindo o efeito da acusação que exprime o sofrimento dos moradores. Junte-se a isso denúncias de desvio de verbas por parte da gestão pública.

Aqui a memória discursiva, aquela de que o “pobre” tem de certeza apenas a vida, cria um espaço para amortizar outros fatores que proporcionam tal situação, como o baixo acesso à educação, ao emprego e a outros princípios garantidos pela

constituição. Observamos essa repetição em práticas e dizeres presentificados no passado e no cotidiano da realidade cultural dos atores sociais em diversos pontos dos diferentes enunciados presentes nas sequências discursivas (SD1, 3, 7, 13, 14 e 17) nas quais o evento tem um tom de eventualidade, como algo que acontece com a classe pobre; sempre aconteceu, devendo ela, portanto, aprender (já aprendeu, inclusive, pelo exposto nos recortes) a lidar da melhor maneira com essas intempéries naturais.

A responsabilidade da população pobre em dar conta de suas questões e das questões que foram delegadas aos candidatos eleitos para cargos de gestão pública, já que estes últimos não têm dado conta de arcar com o compromisso assumido no processo eleitoral. (SD18) “Mesmo com as dificuldades, Nonô (vice-governador do estado de Alagoas) fez um paralelo com a reconstrução no vizinho Estado de Pernambuco, também afetado pelas cheias no mesmo período. ‘Aqui já inauguramos uma escola e estamos com outras duas quase prontas, mas lá eles não inauguraram nenhuma’. Mas ao ser questionado pela *Gazeta* que o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, estava inaugurando as primeiras casas, naquele mesmo momento, enquanto nem se falava de cronograma de entrega em Alagoas, Nonô demonstrou surpresa e indagou os secretários que lhe acompanhavam na entrevista coletiva”.

A apresentação da sequência acima transcrita nos traz o efeito real dos esquecimentos 1 e 2 postulados por Pêcheux. O sujeito não domina o discurso nem a sua circulação. Ao enunciar o estado de Pernambuco enquanto alvo comparativo das benfeitorias do governo de Alagoas incitou uma cadeia de discursos transversos, contrários e favoráveis ao dizer que escapou de sua aparente onisciência discursiva. Além de não dominar o seu discurso, o sujeito não pode controlar as cadeias enunciativas acionadas a partir de tal ação. Manter os sujeitos discursivos em Formações Discursivas estigmatizadas poderia homogeneizar esse processo de dizer e significar, contudo os sujeitos e, para além destes, os sentidos deslizam em contraposição ao endurecimento discursivo por vezes imposto pelas classes dominantes.

Assim, em uma escala valorativa, tem-se o intento de supervalorizar uma ação atrasada e deficitária frente à demora da tomada de atitude a partir de um

efeito discursivo que contrapõe outra situação calamitosa com o intento de gerar outras leituras acerca do funcionamento político, camuflando aquilo que se apresenta: um ano de descaso com os afetados pelas enchentes. Existe uma querela sobre o que seria mais importante, a moradia ou a educação. Mesmo os acessos à saúde, ao lazer e a vias interurbanas foram negados à população mais necessitada por um ano desde o evento até a publicação do jornal. Essas questões, contudo, dizem de uma discussão que vai para além da governabilidade pontual e diz da estrutura social, que segrega os sujeitos dentro do acesso às possibilidades oferecidas pela modernidade.

É de grande importância atentar para o fato de que, independente do lugar assumido pelos atores enunciativos nas sequências aqui analisadas, em nenhum deles percebemos uma crítica a atual estrutura social e econômica. Os apontamentos são feitos em direção aos mais diversos atores sociais, mas não há o direcionamento da discussão para os problemas estruturais que fazem com que as margens dos rios sejam ocupadas, muitas das vezes de maneira ilegal.

Os problemas econômicos gerados pela necessidade da exploração de mão-de-obra, juntamente com o aumento populacional nos meios urbanos, em detrimento dos meios rurais¹³, são uns dos principais motivos pelos quais os sujeitos não têm estrutura para manter um trabalho digno, que lhes dê possibilidades de moradia decente, sem retorno às áreas de risco.

Assim, o discurso dentro dessas possibilidades, é mediador entre a realidade que vivem as pessoas dentro desse enredo econômico e a maneira como elas se perceberão dentro desses espaços a elas designados exteriormente.

Podemos comprovar nesse percurso as instabilidades discursivas presentes nos discursos. Elas não residem no óbvio, na aparência da totalidade e sim na incoerência, na contraditoriedade e nas falhas. É a partir desses pontos de confronto entre as discursividades que podemos captar o funcionamento ideológico da linguagem. A conceituação dos dispositivos, assim como realizado neste trabalho, é

¹³ Devemos nos atentar para o perigo presente na responsabilização da positividade na taxa de natalidade aos problemas sociais advindo pela superpopulação. O sistema capitalista necessita de uma quantidade maior de trabalhadores do que os postos de trabalho oferecidos. Os países com baixa taxa populacional importam estrangeiros para manter a lógica do sistema capitalista em vigência.

de fundamental importância para a captação e elucidação do maior nível possível de sentidos flutuantes.

4 CONCLUSÃO

Para além da objetividade da língua postulada por Saussure, a linguagem, apesar de alguns pressupostos linguísticos, não é um instrumento transparente. Não carrega em si a totalidade de sua função social. Muito para além disso, a linguagem é fundamental na organização social, sendo ferramenta/fim da interação humana e, portanto, de toda a organização social estruturada pela linguagem. Exatamente por essas possibilidades de interação, a linguagem não é, e não pode ser transparente. Traz em si toda uma complexidade no plano de fundo da objetividade instrumental enquanto representação de objetos. A Análise do Discurso se empenha para compreender e desvelar esses movimentos que se alojam para além da objetividade da língua.

Na atualidade da AD no Brasil, os estudos acerca do funcionamento da discursividade dentro dos movimentos sociais e acontecimentos de mundo têm tido cada vez mais espaço no campo teórico, com uma amplitude de abordagens por parte das mais diferentes ciências.

O papel da AD não é o de intervir nesses movimentos sociais, mas servir de arcabouço teórico para que outras ciências sociais possam compreender o funcionamento para além da objetividade presente nas mais diversas vias de comunicação.

Para tal, baseamo-nos nos estudos, principalmente de Pêcheux, no âmbito geral da teoria analítica do discurso, Orlandi (1999, 2001) e Brandão (2004) para compreensão da análise do discurso brasileira, que tem seguido, apesar de algumas posições contrárias, um percurso particular, voltado para as demandas sócio históricas brasileiras.

Nesse cenário, passamos a perceber uma demanda muito particular frente às necessidades discursivas da França, que passa agora por outro momento na análise discursiva focando-se num processo analítico voltado para o campo pragmático da linguagem. Passado o primeiro momento, o da definição das bases metodológicas e teóricas, assim como a “limitação” (sem engessar as fronteiras com outras ciências) da aplicação da ciência do discurso, uma característica cada vez mais voltada para os estudos do acontecimento e das práticas e movimentos sociais se faz no Brasil,

um perfil peculiar de analistas se apresenta no cenário brasileiro em relação a outros centros de estudos.

A partir dos dados pesquisados, nos propusemos a entender os movimentos discursivos presentes nas reportagens e opiniões vinculadas pela mídia impressa no que disse respeito aos eventos catastróficos a partir de alguns dos dispositivos analíticos fundamentais para a Análise do Discurso: buscar uma nova visão acerca daquilo que foi publicado e amplamente discutido nos mais diversos meios possíveis. O intento foi o da problematização, o de manter o espaço de discussão aberto e “alimentado” por diferentes possibilidades, além daquelas oferecidas pelo governo e pelas principais instituições da sociedade brasileira, com destaque para a alagoana.

Cabe ao analista ter claro o funcionamento dos discursos dentro de um determinado sistema. Perceber essas nuances, contudo, não faz do analista dominador dos efeitos discursivos. Tanto quanto todo outro sujeito enunciado, o analista encontra-se influenciado pelos esquecimentos impetrados pela ideologia.

O processo de *esquecimentos* é uma tentativa ideológica de mascarar o caráter social e, de certa maneira, efêmero do discurso. Sem esses esquecimentos operando junto ao sujeito, a naturalização dos movimentos sociais produz aparência de sempre, de irrefutável. O mais interessante nesse processo é que a aparência do discurso não está nele mesmo, mas na concepção ideológica que permeia esse discurso.

A organização e enunciação de discursos depende, portanto, do lugar ocupado pelo sujeito. Existem limites discursivos pré-estabelecidos pelos quais os sujeitos têm a possibilidade de movimentar-se, de acordo com a relação entre as possibilidades enunciativas do sujeito¹⁴, fazendo com que estes discursos estejam ordenados em zonas de referências e semelhanças, as *formações discursivas*.

Esses lugares delimitados e legitimados por relações de poder, muito mais do que permitir, socialmente, certo tipo de enunciação, atribuem sentido àquilo que emana no discurso. Como aponta Pêcheux (1997, p. 150), o sentido não se encontra nas palavras, as posições ideológicas, delimitadas pelas *formações discursivas*,

¹⁴ Um médico detém o poder de enunciar acerca de assuntos relacionados à medicina, poder este não compartilhado por um engenheiro. Contudo, mesmo exercendo-se do “direito de dizer algo” acerca do assunto, esse mesmo médico não pode enunciar uma teoria que fuja daquela aceita pela comunidade médica e científica atuante.

atribuem a esse espaço um determinado sentido. Não obstante, uma mesma palavra pode gerar diversos efeitos de sentido de acordo com o lugar ocupado pelo sujeito.

As *formações discursivas* convocam o sujeito a ocupar determinado espaço. Essa convocação intenta, a partir da lógica dominante, na manutenção dos sujeitos em um determinado local que preste os serviços necessários para a manutenção do mecanismo ideológico e social vigentes. Este mesmo sujeito não teria, tendo como viés tal perspectiva, livre escolha acerca de qual formação discursiva a ser ocupada. É interpelado a exercer determinada função discursiva, apesar de ter a impressão, devido aos *esquecimentos*, de ser um ato cômodo e voluntarioso. Contudo, como percebido em algumas das sequências analisadas neste trabalho, existe a resistência e o deslize dos sujeitos. A heterogeneidade dos sentidos presentes no discurso possibilitam a perenidade nas formações discursivas, e conseqüentemente o acontecimento discursivo, possibilitando o devir, as trocas de lugar.

Mesmo fazendo parte de um mecanismo aparentemente fechado, o sujeito resiste, por vezes, ao seu papel no cenário enunciativo e desliza para outras formações discursivas incoerentes frente ao intento de produção de sentidos. Essa resistência, igualmente à interpelação ideológica, não é um processo autônomo do indivíduo, mas um movimento ideológico entre classes.

O processo de resistência do sujeito a assumir um lugar socialmente constituído pela ideologia não é uma resposta consciente, mas uma resistência no campo do inconsciente, baseando-se no conceito tecido pela teoria freudiana, adotada por Pêcheux para o desdobramento de papéis diferentes aos esperados pela função discursiva.

O inconsciente dos sujeitos é peça fundamental para a manutenção da instabilidade discursiva e para a impossibilidade de clausura de uma estrutura homogênea. Ele dá abertura não para posicionamentos livres e randômicos, mas para escapes dentro de certa possibilidade.

O estudo desses movimentos de sujeito frente à sua própria história é de fundamental importância para a compreensão dos esquecimentos e do funcionamento amplo dos inter e intradiscursos.

Neste trabalho, nos propusemos a analisar alguns discursos e efeitos discursivos presentes no evento das chuvas em 2010. Esse acontecimento, contudo,

demanda ainda de muitos outros estudos, deixando em aberto diversas outras possibilidades de análise.

O papel das possibilidades de movimentação e deslize dos sujeitos enunciativos a partir da leitura de mundo da Análise do Discurso tem sido cada vez mais demarcado. Suas preposições de constituição do indivíduo para sujeito, tendo a linguagem como intermédio efetivo entre si e a cultura, influenciaram e colaboraram para a melhor compreensão dos dispositivos analíticos aqui postos.

Após a delimitação dos processos basais da circulação e funcionamento de discursos, desenvolvidos aqui, o trabalho demanda a ampliação e problematização acerca da subjetividade e do papel do sujeito dentro dos processos discursivos como um todo.

Compreendemos, portanto, a necessidade da continuação e ampliação dos estudos acerca dos acontecimentos de mundo e sua importância para o funcionamento da renovação das estruturas e os abalos dos acontecimentos na constituição do sujeito e do contexto histórico.

A busca pelo entendimento e discussão acerca dos processos da subjetividade e dos deslizes de sentido e de lugares ideológicos ocupados nos campos sociais e discursivos, assim como das resistências e da impressão de posse do discurso que tais possibilidades assumem no constante movimento dos discursos e dos lugares enunciativos. Tais processos podem ter uma possibilidade de resposta na interação entre análise do discurso e Psicanálise, um campo teórico abordado por Pêcheux nos entremeios da constituição do sujeito pela linguagem e possíveis derivações na formação simbólica de cada indivíduo dessa teia cultural e que tem em seu escopo diversas possibilidades de compreender os mecanismos utilizados pelas classes dominantes no que diz respeito à dominação e “domesticação” dos sujeitos sociais.

Assim, os discursos e efeitos de sentido que abordamos neste trabalho tiveram como objetivo primordial criar a base, o substrato para o funcionamento aprofundado desses dispositivos no que tange ao movimento discursivo e na busca da utilização da mídia enquanto ferramenta de construção de sentidos e manutenção de desigualdades sociais.

Sendo o campo discursivo instável, percebemos que os objetivos de cada sujeito enunciativo são diferentes. Mesmo ocupando um mesmo lugar de poder

frente às classes desfavorecidas, cada sujeito enunciador ocupa um lugar singular nas relações de poder político, entrando em contradição dentro de um mesmo ambiente de dominação. Assim, a heterogeneidade dos processos discursivos e de significação dos dizeres mantém-se presente evitando, mesmo num espaço enunciativo – o da comunicação de massa impressa – ocupado em sua grande parte por representantes das classes dominantes, a estabilidade dos dizeres.

Contudo, percebemos que essa heterogeneidade de discursos não é traduzida na materialidade dos jornais, na oposição efetiva das classes dominadas frente às classes dominantes; é relegada a uma luta direta de poderes em que as classes dominantes assumiam os lugares discursivos daqueles necessitados quando lhe era necessário criar tais efeitos de sentido e desestabilizar os lugares ocupados por aqueles que são representados por outro sujeito discursivo.

O aprofundamento de tais questões, para abordar de maneira mais ampla os mecanismos de compreensão, assimilação e movimentação dos sujeitos pelas formações discursivas a partir dos enunciados proferidos durante os eventos, é de fundamental importância para uma abordagem ampla do funcionamento dos discursos, assim como dos sistemas ideológicos presentes nesses mecanismos.

Este trabalho, portanto, deposita o seu local de contribuição para as discussões acerca da AD dentro de acontecimentos sociais, contribuindo para o diálogo dentro de um campo de estudos voltado para a realidade dos processos sociais e discursivos na sociedade brasileira e, especificamente alagoana, fortalecendo o ambiente de debate e possibilidades para maior compreensão acerca da realidade política e social na qual os eventos discursivos estão inseridos, assim como para além deles. Trabalhos com esta inter-relação possibilitam uma proveitosa interação entre a leitura teórica e crítica frente aos acontecimentos presentes em nossa sociedade e o diálogo com ciências de intervenção não campo social que apresentam essa mesma postura crítica frente a esses acontecimentos.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. **O papel da memória**. Campinas, SP. Pontes Editores. 2010.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Edições Graal. Rio de Janeiro, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70 LDA. Lisboa. 1977
- BORBA, Antônio L. **Lembrar para ter o direito de esquecer: a reconstrução histórico-sociológica da tragédia da Gameleira em Belo Horizonte e seus reflexos na trajetória de vida dos atores sociais nela envolvidos**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, 2007.
- CHAISE, M. J. **O sensacionalismo e a dependência do jornalismo ao mercado**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul. Passo Fundo – RS em 2007. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/.../R0618-1.pdf> Acesso em: 14 out. 2010.
- CHARAUDEAU, P. **Langue, discours et identité culturelle**. Revue de didactologie des langues-cultures 2001, N 123, p. 341 – 348. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ELA&ID_NUMPUBLIE=ELA_123&ID_ARTICLE=ELA_123_0341> Acesso em: 12 out. 2010. CHARAUDEAU, P. Imaginário televisual: A televisão e o 11 de setembro: alguns efeitos do imaginário; In **Logos: cinema, imagens e imaginário**. Vol. 1, N 24 (2006), Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, 2006.
- DESLAURIERS, J. & KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: Poupard, J. et all. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad.: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.
- DORIA, T. **“Cultura de dados” chega às empresas de jornalismo**. Disponível em: <<http://www.tiagodoria.com.br/coluna/2012/07/05/cultura-de-dados-nas-empresas-de-jornalismo/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Cotidiano, p. 7. 7 de Maio de 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Petrópolis: Vozes. 1971.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- GAZETA DE ALAGOAS. Caderno Cidades. D1 – D9. 19 de Junho de 2011.
- GREGOLIN, M. R. **Análise do Discurso e mídia**: a (re) produção de identidades. Construção, Mídia e Consumo São Paulo. Vol. 4, N. 11, p. 11-25, Nov. 2007

LAMEIRAS, M.S.B. **Entre os contos de uma posse e o poder da palavra: “ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político.** Tese de Doutorado. UFAL. Maceió, 2006.

LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia; In: Codo E Wanderley. (orgs.) **Psicologia Social: O Homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984. P.10-19.

MOIRAND, S. **Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse.** Estudos da Língua(gem) Vitória da Conquista – BA. N 01. Vol 06. Pg. 7 - 46. 2008.

NERY, L. F. **A identidade do sujeito político construída através da leitura de charges.** 4º CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. Anais. Maringá, Julho-2010.

JORNAL, O. Caderno Cidades, A13 – A14. 8 de maio de 2011.

JORNAL, O. Caderno Cidades, A9 – A14. 19 de Junho de 2011.

ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso.** Estudos da Língua(gem) Vitória da Conquista – BA. N 01. Pg. 9-13. 2005.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas, SP. Editora da Unicamp 2007.

PATIÑO, Bruno. **A imprensa escrita deve se reinventar.** Revista Observatório da Imprensa, ano 17 - N 758. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_imprensa_escrita_dev_e_se_reinventar> Acesso em: 10 mai. 2013

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso.** Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Estrutura ou acontecimento.** Trad.: Eni P. Orlandi Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1999.

PÊCHEUX, Michel. In: ACHARD (org). **O papel da memória.** Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso.** São Paulo, SP. Parábola Editorial, 2009.

PEDROSA, V. **Um ano do acontecimento.** Revista Postais do Conhecimento, Ano I, N 2, p. 8. 2011

POUPART, J. et all. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Trad.: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística general.** Trad.: Amado Alonso. Editorial Losada, Buenos Aires. 2005.

SILVA, F. P. e SARGENTINI, V. M. **Análise do Discurso Político e a Política da Análise do Discurso**. Estudos da Língua (gem) Vitória da Conquista – BA. N 01. Pg. 83-90. 2005.

ANEXOS

ANEXO A

FORA DE SPINHO

11 de maio de 2011 • • • cotidiano 7



MINHA HISTÓRIA ALIANE FERREIRA DE SANTANA, 30

CHEIA DA CHUVA

Em 11 anos, moradora de Palmares, em Pernambuco, enfrenta sua quarta grande enchente, ocorrida na última terça-feira

Assinante: com a Coleção Folha Cozinhas da Itália

Fonte: Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano, p. 7. 7 de maio de 2011.

ANEXO C



OPINIÃO

Um ano do acontecido

Yasser Ibrahim*

Neste ano, o Estado de Alagoas foi assolado por sua maior catástrofe ambiental: em junho de 2010, a cheia nos rios Paraíba e Piauí causou mortes e ferimentos, danos à saúde, às atividades econômicas, ambientais, sociais, culturais, educacionais, religiosas, políticas, sociais e mesmo sobre pessoas, foram vítimas pelas águas como se fossem de estuário.

De lá para cá, as notícias continuam a vir, mas mostram que apesar de ter iniciado sua recuperação em todo o país e se encontrarem seus muros, os danos de grande dimensão

neste ano, uma cheia de maior monta voltou a causar prejuízo ao povo alagoano, desta vez na zona de mata do Maceió/Alagoas.

De lá para cá, a recuperação econômica junto ao Colégio de Governo de Alagoas em recuperação e que foi destruído. Atualmente, o trabalho enfrenta uma série de obstáculos e não acontece com a velocidade desejável. Os investimentos ainda não têm seus frutos e só se terão após em 2011. Devem ficar para 2012 e 2013 a finalização do programa de reconstrução. Em um convênio com a Agência

Nacional de Águas, o Governo de Alagoas realizou ações, totaling de grande de importância e com uma boa gestão para o futuro. O trabalho com as autoridades de recuperação da infraestrutura econômica. Mas ainda é preciso um esforço de parte federal em relação aos custos operacionais, também com um sistema de planejamento de longo prazo.

Não há um plano de longo prazo, pelo menos não, um sistema de gestão para lidar a complexidade da ameaça e desafios do Rio de Janeiro. No Estado de São Paulo, o Estado de Alagoas não tem estrutura, portanto para

atender às demandas emergenciais, no entanto, grande parte e depois de uma recuperação para lidar com as demandas econômicas. Em Alagoas, não existem planos para lidar com a infraestrutura de desenvolvimento.

Além, é necessário de estar com maior determinação e vontade e realização um sistema de gestão que permita com eficiência seu papel de liderança no governo e a população, também e não de dependência.

*Representante da UFR na Comissão de Reconstrução dos danos ambientais destruídos pelas enchentes.

A degradação ambiental em debate

Diana Monteiro

A grave situação que vive a cidade de Maceió em período de chuva tem como principal causa a ação antrópica (ação do homem) sem planejamento, o que leva ao uso e ocupação desordenadas do solo urbano, provocando crescente degradação ambiental. Essa realidade tem resultado em inúmeros, tais como: enchentes, danos ao patrimônio, assoreamento de vias públicas e desabamentos de casas, entre outros; e produz, a cada chuva intensa, um verdadeiro caos urbano, deixando a população totalmente insegura.

É muito comum ouvir das pessoas que "Maceió não aguenta um dia de chuva", o que é verdade. Com insensação na sociedade e comprovando ser falta de desenvolvimento na cidade, a Universidade Federal de Alagoas, por meio do curso de Engenharia Ambiental, tem contribuído com o conhecimento científico e apontado soluções para a problemática, desenvolvendo pesquisas nas quatro bacias hidrográficas que contêm o relevo da capital: Bacia do



Fonte: Postais do Conhecimento. Opinião. Edição II, Junho de 2011.

ANEXO D



Fonte: O Jornal. Caderno Cidades, p. A-9. 8 de maio de 2011.

ANEXO E

O JORNAL Cidades

Desabrigados continuam sem casas

Um ano após as enchentes que atingiram 19 municípios em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está montando em barracões de lona a espera das casas



Vitimas estão voltando para áreas de risco

Bianca Wilks
Alagoas

Se Deus, Deus é o tempo certo que para o fim de tudo o que aconteceu com as enchentes em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está montando em barracões de lona a espera das casas.

Um ano após as enchentes que atingiram 19 municípios em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está montando em barracões de lona a espera das casas. Segundo dados do Censo de 2010, houve cerca de 250 mil pessoas afetadas pelas enchentes em Alagoas, com o número de famílias afetadas sendo ainda maior.

Para quem perdeu tudo, a situação é ainda mais difícil. Muitos estão voltando para áreas de risco, pois não têm condições financeiras para se mudar. Além disso, a falta de infraestrutura básica, como saneamento e água potável, torna a vida ainda mais precária.

Para quem perdeu tudo, a situação é ainda mais difícil. Muitos estão voltando para áreas de risco, pois não têm condições financeiras para se mudar. Além disso, a falta de infraestrutura básica, como saneamento e água potável, torna a vida ainda mais precária.

Para quem perdeu tudo, a situação é ainda mais difícil. Muitos estão voltando para áreas de risco, pois não têm condições financeiras para se mudar. Além disso, a falta de infraestrutura básica, como saneamento e água potável, torna a vida ainda mais precária.

Um ano após as enchentes que atingiram 19 municípios em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está montando em barracões de lona a espera das casas. Segundo dados do Censo de 2010, houve cerca de 250 mil pessoas afetadas pelas enchentes em Alagoas, com o número de famílias afetadas sendo ainda maior.

Um ano após as enchentes que atingiram 19 municípios em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está montando em barracões de lona a espera das casas. Segundo dados do Censo de 2010, houve cerca de 250 mil pessoas afetadas pelas enchentes em Alagoas, com o número de famílias afetadas sendo ainda maior.

Um ano após as enchentes que atingiram 19 municípios em Alagoas, quem perdeu tudo ainda está montando em barracões de lona a espera das casas. Segundo dados do Censo de 2010, houve cerca de 250 mil pessoas afetadas pelas enchentes em Alagoas, com o número de famílias afetadas sendo ainda maior.

SÃO JOÃO DA EMOCÃO 2011

EMOCIONANTE MESMO É TER VOCÊ NESSE BAÍO

DE 10 A 29 DE JUNHO - ATRAÇÕES CULTURAIS E SHOWS ARTÍSTICOS

MUNICÍPIO	DATA	ARTISTA
ALAGOANO	10	[Artista]
[Município]	11	[Artista]
[Município]	12	[Artista]
[Município]	13	[Artista]
[Município]	14	[Artista]
[Município]	15	[Artista]
[Município]	16	[Artista]
[Município]	17	[Artista]
[Município]	18	[Artista]
[Município]	19	[Artista]

ALAGOAS

FACEB

ANEXO F

Cidades | 19 de Junho de 2011 | www.gazetadopovo.com.br | e-mail: cidades@gazetadopovo.com.br

Obras em Pernambuco são mais aceleradas

Os maiores projetos de saneamento são os que estão sendo executados em Pernambuco, segundo o levantamento realizado pela Associação Brasileira de Engenharia e Arquitetura (ABRACEN), no âmbito de um projeto de pesquisa realizado em parceria com o governo do Estado.

Os maiores projetos de saneamento são os que estão sendo executados em Pernambuco, segundo o levantamento realizado pela Associação Brasileira de Engenharia e Arquitetura (ABRACEN), no âmbito de um projeto de pesquisa realizado em parceria com o governo do Estado.

Exemplo de reconstrução agitada

Paraná e Região do Sul são os estados com o maior número de obras de reconstrução de Linha Legítima (Linha 220 milímetros em extensão) previstas para o ano de 2011.

A reconstrução de linhas de transmissão elétrica prevê obras de reconstrução de linhas de transmissão elétrica, em Pernambuco, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço elétrico.

A RECONSTRUÇÃO EM NÚMEROS

- 11 mil obras previstas para o ano de 2011
- 20 mil obras previstas para o ano de 2012
- 25 mil obras previstas para o ano de 2013
- 30 mil obras previstas para o ano de 2014
- 35 mil obras previstas para o ano de 2015
- 40 mil obras previstas para o ano de 2016
- 45 mil obras previstas para o ano de 2017
- 50 mil obras previstas para o ano de 2018
- 55 mil obras previstas para o ano de 2019
- 60 mil obras previstas para o ano de 2020

Vestibular 10/07 ou agendado diariamente

Quer fazer mais um curso de nível superior? Quer fazer mais um curso profissionalizante? Quer fazer mais um curso de nível técnico? Quer fazer mais um curso de nível médio? Quer fazer mais um curso de nível fundamental? Quer fazer mais um curso de nível infantil? Quer fazer mais um curso de nível pré-escolar? Quer fazer mais um curso de nível maternal? Quer fazer mais um curso de nível creche? Quer fazer mais um curso de nível educação infantil? Quer fazer mais um curso de nível ensino fundamental I? Quer fazer mais um curso de nível ensino fundamental II? Quer fazer mais um curso de nível ensino médio? Quer fazer mais um curso de nível ensino superior? Quer fazer mais um curso de nível pós-graduação? Quer fazer mais um curso de nível mestrado? Quer fazer mais um curso de nível doutorado? Quer fazer mais um curso de nível especialização? Quer fazer mais um curso de nível extensão? Quer fazer mais um curso de nível pesquisa? Quer fazer mais um curso de nível inovação? Quer fazer mais um curso de nível empreendedorismo? Quer fazer mais um curso de nível liderança? Quer fazer mais um curso de nível gestão? Quer fazer mais um curso de nível marketing? Quer fazer mais um curso de nível vendas? Quer fazer mais um curso de nível administração? Quer fazer mais um curso de nível contabilidade? Quer fazer mais um curso de nível direito? Quer fazer mais um curso de nível medicina? Quer fazer mais um curso de nível engenharia? Quer fazer mais um curso de nível arquitetura? Quer fazer mais um curso de nível design? Quer fazer mais um curso de nível moda? Quer fazer mais um curso de nível comunicação? Quer fazer mais um curso de nível publicidade? Quer fazer mais um curso de nível jornalismo? Quer fazer mais um curso de nível literatura? Quer fazer mais um curso de nível artes? Quer fazer mais um curso de nível música? Quer fazer mais um curso de nível dança? Quer fazer mais um curso de nível teatro? Quer fazer mais um curso de nível cinema? Quer fazer mais um curso de nível televisão? Quer fazer mais um curso de nível rádio? Quer fazer mais um curso de nível internet? Quer fazer mais um curso de nível informática? Quer fazer mais um curso de nível idiomas? Quer fazer mais um curso de nível matemática? Quer fazer mais um curso de nível física? Quer fazer mais um curso de nível química? Quer fazer mais um curso de nível biologia? Quer fazer mais um curso de nível geografia? Quer fazer mais um curso de nível história? Quer fazer mais um curso de nível filosofia? Quer fazer mais um curso de nível sociologia? Quer fazer mais um curso de nível psicologia? Quer fazer mais um curso de nível pedagogia? Quer fazer mais um curso de nível letras? Quer fazer mais um curso de nível artes cênicas? Quer fazer mais um curso de nível artes plásticas? Quer fazer mais um curso de nível artes visuais? Quer fazer mais um curso de nível artes digitais? Quer fazer mais um curso de nível artes integradas? Quer fazer mais um curso de nível artes contemporâneas? Quer fazer mais um curso de nível artes emergentes? Quer fazer mais um curso de nível artes inovadoras? Quer fazer mais um curso de nível artes disruptivas? Quer fazer mais um curso de nível artes transformadoras? Quer fazer mais um curso de nível artes revolucionárias? Quer fazer mais um curso de nível artes revolucionárias? Quer fazer mais um curso de nível artes revolucionárias?

“Darei um curso no 2º período e descobri minha vocação em Fisioterapia.”

www.meufuturo.com.br

Entretenimento, Direitos, Fisioterapia, Nutrição e mais 10 cursos. Eu sou Nassau. Eu faço meu futuro.

Fonte: O Jornal. Caderno Cidades, p. A-13. 19 de Junho de 2011.

ANEXO G

A toda vapor...

Em Pernambuco, reconstrução está avançada

As obras para a recuperação de áreas afetadas por enchentes em Pernambuco estão avançadas, com 12 mil casas já entregues e a previsão de mais 10 mil em breve.

12 mil casas

Reconstrução avançada em Pernambuco, com entrega de milhares de casas para famílias afetadas por enchentes.



Segundo o governador Paulo Câmara, a reconstrução é uma prioridade para o estado. Ele destacou que a entrega de casas é feita em etapas, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. O governo também está investindo em obras de infraestrutura para evitar futuros enchentes.

Em Pernambuco, a reconstrução está avançada, com 12 mil casas já entregues e a previsão de mais 10 mil em breve. O governador Paulo Câmara destacou que a entrega de casas é feita em etapas, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. O governo também está investindo em obras de infraestrutura para evitar futuros enchentes.

Saída de famílias das margens dos rios é prioridade

Segundo o governador Paulo Câmara, a reconstrução é uma prioridade para o estado. Ele destacou que a entrega de casas é feita em etapas, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. O governo também está investindo em obras de infraestrutura para evitar futuros enchentes.



Em Pernambuco, a reconstrução está avançada, com 12 mil casas já entregues e a previsão de mais 10 mil em breve. O governador Paulo Câmara destacou que a entrega de casas é feita em etapas, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. O governo também está investindo em obras de infraestrutura para evitar futuros enchentes.



Em Pernambuco, a reconstrução está avançada, com 12 mil casas já entregues e a previsão de mais 10 mil em breve. O governador Paulo Câmara destacou que a entrega de casas é feita em etapas, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. O governo também está investindo em obras de infraestrutura para evitar futuros enchentes.

Em Pernambuco, a reconstrução está avançada, com 12 mil casas já entregues e a previsão de mais 10 mil em breve. O governador Paulo Câmara destacou que a entrega de casas é feita em etapas, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. O governo também está investindo em obras de infraestrutura para evitar futuros enchentes.

Fonte: Gazeta de Alagoas, p. D6. 19 de Junho de 2011.

ANEXO H

INFORMATIVO
CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
Associação de Estudantes
ACADÊMICOS

INTERCOM NE: Congresso de Comunicação tem abertura no Teatro Dondozo

O 12.º Congresso Intercom NE, que terá como sede o Centro Universitário CESMAC, foi aberto este sábado (20) em um momento solene, às 17h, no Teatro Dondozo. Na ocasião, a presidente do Centro de Comunicação Intercom NE, Rosângela Simões (Intercom de Pernambuco), fez uma mensagem de boas-vindas aos participantes do Congresso Intercom NE. Ela destacou a importância da comunicação na sociedade e a necessidade de uma comunicação mais eficaz e transparente. Ela também falou sobre a importância da comunicação para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Exposição
 A exposição de arte e cultura, organizada pelo CESMAC, está sendo realizada no Teatro Dondozo. A exposição apresenta obras de artistas locais e nacionais, além de uma exposição de arte e cultura do Brasil e do mundo. A exposição é gratuita e aberta ao público em geral.

Associação de Estudantes
 O CESMAC está realizando um curso de extensão em Direito, com carga horária de 120 horas. O curso é gratuito e aberto ao público em geral. O curso é ministrado por professores experientes e renomados.

Matrícula
 A matrícula do 2º semestre do curso de Engenharia de Alimentos no CESMAC, iniciado em janeiro deste ano, está sendo realizada. O curso é gratuito e aberto ao público em geral. O curso é ministrado por professores experientes e renomados.



Um ano depois e o sofrimento continua o mesmo

Chover de novo não impede o sofrimento contínuo para as famílias que vivem em áreas de risco. O problema de infraestrutura de saneamento básico continua a ser uma realidade para milhares de famílias que vivem em áreas de risco. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias.



Maria do Carmo, mãe de uma criança com deficiência física, vive em uma área de risco. Ela luta diariamente para garantir que sua filha tenha acesso à educação e aos serviços de saúde. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias.

Em uma entrevista, Maria do Carmo contou que ela vive em uma área de risco há muitos anos. Ela luta diariamente para garantir que sua filha tenha acesso à educação e aos serviços de saúde. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias.

"Parece que a gente estava dentro do mundo"

De acordo com a reportagem, a situação das famílias que vivem em áreas de risco é precária. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias.

De acordo com a reportagem, a situação das famílias que vivem em áreas de risco é precária. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias.

De acordo com a reportagem, a situação das famílias que vivem em áreas de risco é precária. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias. A falta de saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados por essas famílias.

ANEXO I



Fonte: Gazeta de Alagoas. Caderno Cidades, p. D4. 19 de Junho de 2011

ANEXO J

ENVIADA

Desvio de donativos deixou população incrédula

Se não bastassem as dificuldades naturais que afetam a população, os desvios de recursos para obras de infraestrutura têm deixado a população desconfiada.



PEREIRA / **ATA**

A população se surpreendeu com a falta de recursos para obras de infraestrutura em Alagoas. Apesar das dificuldades naturais que afetam a população, os desvios de recursos para obras de infraestrutura têm deixado a população desconfiada. O governador Ricardo Albuquerque afirmou que os recursos foram desviados para outros fins, o que gerou indignação entre a população.

PEREIRA / **ATA**

A população se surpreendeu com a falta de recursos para obras de infraestrutura em Alagoas. Apesar das dificuldades naturais que afetam a população, os desvios de recursos para obras de infraestrutura têm deixado a população desconfiada. O governador Ricardo Albuquerque afirmou que os recursos foram desviados para outros fins, o que gerou indignação entre a população.

Fonte: Gazeta de Alagoas. Caderno Cidades, p. D3. 19 de Junho de 2011

ANEXO L

INFORMATIVO
CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
Revista de Comunicação
ARACAJÓ, 2011

INTERCOM NE: Congresso de Comunicação tem abertura no Teatro Dendê

O 22º Intercom NE, Congresso de Comunicação tem abertura no Teatro Dendê, no dia 17 de junho. O evento é organizado pelo Centro de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CCOMUN) e pelo Núcleo de Estudos em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NECOMUN). O evento contará com a presença de representantes de diversas instituições de ensino superior da região Nordeste, além de profissionais da área de comunicação.



Foto: Divulgação/CCOMUN

Tempestade
Um ciclone tropical se aproxima do litoral de Alagoas, com previsão de chuvas fortes e ventos fortes. O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Tempestades (CNM) do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) informou que o sistema se encontra sobre o oceano, com o centro de circulação bem definido. O sistema pode atingir o litoral de Alagoas no próximo fim de semana.

Realização de eventos
O Conselho de Administração do CPMI realizou uma reunião para discutir a realização de eventos durante o ano de 2011. O Conselho decidiu que serão realizados eventos em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

Comunidade
A comunidade de São José do Bonfim, em Alagoas, está se preparando para a realização de um evento cultural. O evento será realizado no mês de julho e contará com a participação de artistas locais e convidados.



Foto: Divulgação/CPMI



Foto: Divulgação/CPMI



Foto: Divulgação/CPMI

Contusão

Dignidade dá lugar à violência e miséria em barracos

Depois de tanto tempo vivendo no Improvável, a convivência que sempre foi difícil está se tornando infernal

COLUNA DO SINMED

ASSEMBLEIA APROVA GRATIFICAÇÃO

A Assembleia Geral do Sinmed aprovou a gratificação de 10% para os membros do Conselho Administrativo. A decisão foi tomada após uma discussão acalorada sobre a possibilidade de uma gratificação de 15%. O Conselho Administrativo defendeu a gratificação de 10% por ser mais adequada ao perfil dos membros do Conselho. A Assembleia Geral decidiu por unanimidade em favor da gratificação de 10%.

AVANÇO DO PCCV

O Conselho Administrativo do PCCV aprovou a proposta de alteração do estatuto social. A proposta prevê a criação de um Conselho de Administração e a alteração da denominação social para Conselho Administrativo. A Assembleia Geral aprovou a proposta por unanimidade.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Conselho Administrativo do PCCV realizará uma audiência pública para discutir a proposta de alteração do estatuto social. A audiência pública será realizada no dia 20 de junho, às 14h, no auditório do Sinmed.

ASSEMBLEIA REDE ESTADUAL

Plano: Informar de assuntos em pauta e aprovação da Rede Estadual de Assistência Médica. A Assembleia será realizada no dia 25 de junho, às 14h, no auditório do Sinmed.

CONFERÊNCIAS PARTICIPE

ANÁLISE DE CONTUSÃO

Resumo
Quando pensamos em casos de contusão, logo vem à tona a ideia de que se trata de uma contusão simples, sem grandes consequências. No entanto, a contusão pode ser uma lesão grave, dependendo da extensão e da localização. É importante avaliar a contusão com cuidado e procurar atendimento médico quando necessário.

Contusão
A contusão é uma lesão causada pelo impacto de um objeto ou pessoa contra o corpo. Ela pode ocorrer em qualquer parte do corpo e pode variar de uma simples contusão a uma lesão grave. É importante avaliar a contusão com cuidado e procurar atendimento médico quando necessário.

Contusão
A contusão é uma lesão causada pelo impacto de um objeto ou pessoa contra o corpo. Ela pode ocorrer em qualquer parte do corpo e pode variar de uma simples contusão a uma lesão grave. É importante avaliar a contusão com cuidado e procurar atendimento médico quando necessário.

Contusão
A contusão é uma lesão causada pelo impacto de um objeto ou pessoa contra o corpo. Ela pode ocorrer em qualquer parte do corpo e pode variar de uma simples contusão a uma lesão grave. É importante avaliar a contusão com cuidado e procurar atendimento médico quando necessário.

Contusão
A contusão é uma lesão causada pelo impacto de um objeto ou pessoa contra o corpo. Ela pode ocorrer em qualquer parte do corpo e pode variar de uma simples contusão a uma lesão grave. É importante avaliar a contusão com cuidado e procurar atendimento médico quando necessário.

ANEXO M



Acampamento para desabrigados das enchentes no município de Brasópolis: um exemplo das casas que abrigam milhares de pessoas, e abriga ainda quatro famílias de Lagoa Real.

Desabrigados

Acampamentos viram favelas

Há um ano esperando pela reconstrução das residências destruídas, famílias vivem em condições de miséria

de REGINA SENEZANI

Brasópolis — A chuva gerou enchentes e deslizamentos em várias regiões do município. Os moradores de áreas que estavam em situação de risco, em acampamentos de desabrigados vive em condições precárias e estão em situação de risco de morte. Segundo o prefeito, cerca de 10 mil pessoas foram desabrigadas por causa das enchentes e estão em situação de risco.

Em uma das áreas, há cerca de 10 mil pessoas vivendo em condições precárias. Segundo o prefeito, cerca de 10 mil pessoas foram desabrigadas por causa das enchentes e estão em situação de risco.

Em uma das áreas, há cerca de 10 mil pessoas vivendo em condições precárias. Segundo o prefeito, cerca de 10 mil pessoas foram desabrigadas por causa das enchentes e estão em situação de risco.

Em uma das áreas, há cerca de 10 mil pessoas vivendo em condições precárias. Segundo o prefeito, cerca de 10 mil pessoas foram desabrigadas por causa das enchentes e estão em situação de risco.

Em uma das áreas, há cerca de 10 mil pessoas vivendo em condições precárias. Segundo o prefeito, cerca de 10 mil pessoas foram desabrigadas por causa das enchentes e estão em situação de risco.

Em uma das áreas, há cerca de 10 mil pessoas vivendo em condições precárias. Segundo o prefeito, cerca de 10 mil pessoas foram desabrigadas por causa das enchentes e estão em situação de risco.



A RN e a Brother levam mais eficiência para a sua empresa.

Advertisement for Brother printers listing various models and their prices:

- Impressora Multifuncional Laser DCP 6050 D: R\$ 132,00
- Impressora Multifuncional RFP 6050: R\$ 150,00
- Impressora Multifuncional DCP 6050: R\$ 185,00
- Impressora Multifuncional DCP 6050: R\$ 73,00
- Impressora Multifuncional DCP 6050: R\$ 220,00

Brother logo and slogan: "at your side"

Fonte: Gazeta de Alagoas. Caderno Cidades, p. D1. 19 de Junho de 2011

ANEXO N



Fonte: O Jornal. Caderno Cidades, p. A-14. 08 de Maio de 2011.

ANEXO O



Fonte: O Jornal. Caderno Cidades, p. A-14. 08 de Maio de 2011.

ANEXO P



Fonte: O Jornal. Caderno Cidades, p. A-12. 19 de Junho de 2011.